

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIOECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA LUCI PAZ LOPES

**ATIVISTAS TRANSNACIONAIS E USO DO *CULTURE JAMMING* COMO
MÉTODO:**

O CASO DA AÇÃO DO *THE YES MEN* SOBRE O DESASTRE DE BOPHAL

FLORIANÓPOLIS

2015

ANA LUCI PAZ LOPES

**ATIVISTAS TRANSNACIONAIS E USO DO *CULTURE JAMMING* COMO
MÉTODO:**

O CASO DA AÇÃO DO *THE YES MEN* SOBRE O DESASTRE DE BOPHAL

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Iara Costa Leite

FLORIANÓPOLIS

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENADORIA DE MONOGRAFIA
Campus Prof. João David Ferreira Lima – CEP. 88040-900
Trindade – Florianópolis – Santa Catarina - Brasil
Fone: (48) 3721.9458 – Fax (48) 3721.9776
E-mail cnm@contato.ufsc.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA - Nº 001/2015.2

A Comissão Examinadora, nomeada pelo Coordenador de Monografia, resolve atribuir ao (a) acadêmico (a) **Ana Luci Paz Lopes**, após a apresentação do trabalho intitulado, "ATIVISTAS TRANSNACIONAIS E O USO DO *CULTURE JAMMING* COMO MÉTODO: O CASO DA AÇÃO DO *THE YES MEN* SOBRE O DESASTRE DE BHOPAL", a nota 10,0, referente a disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 03 de Dezembro de 2015.

Iara Costa Leite
Orientador(a)

Clarissa Franzoi Dri
Membro

Graziela Maziero Pinheiro Bini
Membro

RESUMO

Nesta monografia será analisado o método de *culture jamming* aplicado pelo grupo *The Yes Men* em relação aos sobreviventes do desastre de Bhopal. Mediante da sistematização de narrativas oficiais, acadêmicas e de ativistas sobre o desastre e sobre suas repercussões, procura-se contextualizar a ação, para em um segundo momento analisá-la através da teoria de ativismo transnacional de Margaret Keck, Kathryn Sikkink e Sidney Tarrow. O desastre de Bhopal é conhecido como o maior desastre industrial da história, e ocorreu no dia 3 de dezembro de 1984 na Índia. A ação de *culture jamming* a ser analisada ocorreu no aniversário de 20 anos do desastre, em 2004. Nela, o *The Yes Men* buscou difundir a questão utilizando o tipo mídia falsa de *culture jamming*. O objetivo era associar o desastre de Bhopal com a *Dow Chemicals Company*, companhia que comprou a empresa que tinha controle da planta no momento do desastre - a *Union Carbide Corporation*. Através da metodologia de comparação de narrativas sistematizadas e teoria, chegou-se a conclusão que a ação do grupo *The Yes Men* referente a Bhopal pode ser classificada como uma difusão mediada não-relacional. Ademais, a questão do desastre de Bhopal será analisada através das características da questão e do ator, apresentando que entre os dois atores-alvo, o Estado indiano é mais vulnerável que a *Dow*.

Palavras-chave: Desastre de Bhopal; Ativismo Transnacional; *Culture Jamming*; *The Yes Men*

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the method of culture jamming used by The Yes Men on the issue of the survivors of Bhopal disaster. The context of the action will be presented through the systematization of the official, academic and activists narratives. In a second moment, the context be analyze through the transnational activism theory of Margaret Keck, Kathryn Sikkink and Sidney Tarrow. The Bhopal disaster is known as the biggest industrial disaster in history, and it took place on December 3, 1984, in a city on India. The act of culture jamming under review occurred in the 20th anniversary of the disaster, in 2004. The group sought to diffuse the issue by using the false media type of culture jamming. The goal was to link the Bhopal disaster with the Dow Chemicals Company, the one that bought the company that had control of the plant at the time of the disaster - Union Carbide Corporation. Through the methodology of comparison of systematic narrative and theory, we concluded that the hoax elaborated by the group The Yes Men on the Bhopal issue can be classified as a non-relational mediated diffusion. Furthermore, the disaster of Bhopal issue will be analyzed through the characteristics of the issue and actor, presenting that, between the two target-actors, the Indian state is more vulnerable than *Dow*.

Keywords: Bhopal Disaster, Transnational Activism, Culture Jamming, The Yes Men

Lista de Ilustrações

Figura 1 Efeito Bumerangue.....	22
Figura 2 Modelo Descritivo de Internalização	26
Figura 3 Tipologia das Coalizões Transnacionais	31
Figura 4 Warren Anderson procurado por homicídio	50
Figura 5 No More Bhopals	51
Figura 6 Mudança climática catastrófica? Não é nossa culpa	62
Figura 7 Outdoor Stella Artois, antes	63
Figura 8 Outdoor Stella Artois, depois	64
Figura 9 Jude Finisterra na BBC News	72
Figura 10 e 11 B'eau Pal, protesto de rua e arte	76
Figura 12 Gilda, "o esqueleto dourado no armário"	80

Lista de Quadros

Quadro 1 - Os Seis Processos de Contestação Transnacional 24

Quadro 2 - Principais datas e acontecimentos do desastre de Bhopal 48

Lista de Abreviaturas e Siglas

AMF - *Adbusters Media Foundation*

BP - *Bristish Petroleum*

BBC - *British Broadcasting Corporation*

CEO - *Chief Executive Officer*, Diretor Executivo em português

FMI - Fundo Monetário Internacional

ICJB - *International Campaign for Justice in Bhopal*

MIC - Isocianato de metilo

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UCC - *Union Carbide Corporation*

UCIL - *Union Carbide India Limited*

Sumário

1. Introdução	9
2. Capítulo 1: Globalização, Internacionalismo e Protestos Transnacionais.....	12
2.1. Globalização, internacionalismo e ativismo transnacional.....	12
2.2. Os seis processos de contestação transnacional	23
2.2.1. Global no Local	24
2.2.2. Processos de Transição.....	27
2.2.3. Local no Global	29
2.3. Funcionamento e mecanismos das redes de ativistas transnacionais	32
2.3.1. Quando uma rede funciona.....	35
2.4. Considerações Finais	38
3. Capítulo 2:Desastre de Bhopal : contexto, repercussões e o papel dos ativistas.....	39
3.1. Contextualização e análise do contexto do desastre na trajetória do modelo de desenvolvimento indiano.....	39
3.1.2. Uma breve apresentação do desastre	42
3.1.3. Breve apresentação das repercussões do desastre	44
3.1.3.1. O acordo entre UCC e o governo indiano em 1999 e julgamento dos executivos indianos em 2010.....	45
3.1.3.2. O "segundo desastre" e a difusa responsabilidade de resolvê-lo.....	45
3.1.3.3. Manifestações de grupos de ativistas em defesa dos sobreviventes de Bhopal	47
3.2. Análise da rede de ativistas transnacionais em defesa aos sobreviventes de Bhopal.....	49
3.3. Considerações Finais	58
4. Capítulo 3: O método de <i>Culture Jamming</i> e <i>The Yes Men</i> em Bhopal	60
4.1. Método: definições	60
4.1.1. Origem e movimentos antecessores do <i>culture jamming</i>	65
4.1.2. Principais <i>culture jammers</i>	67
4.1.3. Críticas mais recorrentes ao método.....	69
4.2. Apresentação e análise do método de <i>culture jamming</i> do grupo <i>The Yes Men</i>	71
4.2.1. <i>Culture jamming</i> do <i>The Yes Men</i> sobre Bhopal	71
4.2.1.1. Detalhamento da ação e de seus objetivos.....	72
4.2.1.2. Recepção da ação.....	74
4.2.1.3. Análise do <i>Culture Jamming</i> do <i>The Yes Men</i> sobre Bhopal	76
4.3. Considerações Finais	80
5. Conclusão	81
6. Referências Bibliográficas	84
7. ANEXO A - Transcrição da ação do grupo <i>The Yes Men</i> na <i>BBC News</i>	88
8. ANEXO B: Resposta da <i>Dow</i>, escrita pelo grupo <i>The Yes Men</i>	90

1. Introdução

O desastre de Bhopal ocorreu nesta cidade indiana, capital do estado de Madhya Pradesh, em 3 de dezembro de 1984, por conta do vazamento de um gás altamente tóxico, isocianato de metilo, da indústria de pesticidas, *Union Carbide India Limited*, parte do grupo estadunidense *Union Carbide Corporation*. Conhecido como o maior desastre industrial da história, estimativas apontam que morreram 10 mil pessoas nas primeiras 72 horas do vazamento. Além disso, ativistas envolvidos com a causa defendem que, por conta do desastre, o ecossistema da região foi contaminado, principalmente a água. Esta contaminação é chamada de "o segundo desastre" pelos ativistas, que acreditam que o consumo da água contaminada tem causado vários danos à saúde, principalmente no aparelho reprodutor feminino.

Em 2004, no aniversário de 20 anos do acidente, o grupo *The Yes Men* realizou uma ação para dar nova projeção ao desastre de Bhopal. Por conta da página da internet falsa que criaram da *Dow Chemicals Company* (a empresa comprou a *Union Carbide Corporation* em 2001) em 2002, o grupo foi chamado pela *BBC News* para fazer um pronunciamento sobre o desastre no aniversário de 20 anos do mesmo, já que o canal confundiu os sites e pensava estar convidando representantes da *Dow*. Um membro do grupo, adotando o nome Jude Finisterra, foi ao ar e assumiu a responsabilidade, em nome da *Dow Chemicals Company*, por novas compensações e pela eliminação de resíduos tóxicos resultantes do desastre. Em poucas horas as ações da companhia caíram em US\$ 2 milhões, até a retratação da *BBC News* ir ao ar.

Tanto a criação de um *site* falso, como a personificação de um representante de uma companhia, compõem o chamado “*culture jamming*”, método disponível a redes de ativistas. Em linhas gerais, *culture jamming* consiste em utilizar uma imagem de terceiros e modificá-la para inserir uma dimensão crítica, porém ainda sendo reconhecíveis. A imagem pode ser a de uma logomarca ou a de um executivo de uma empresa específica, por exemplo. As imagens transformadas podem ser veiculadas em diferentes mídias, como páginas da internet, televisão ou outdoors.

Esta monografia é dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, Globalização, Internacionalismo e Protestos Transnacionais, será apresentada a teoria de ativistas transnacionais de Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1999) e Sidney Tarrow (2005). Este capítulo é subdividido em três seções. Na primeira seção, Globalização, internacionalismo e ativismo transnacional, será apresentada a visão geral da teoria de ativistas transnacionais, para poder inseri-la nas relações internacionais. Na segunda e terceira seção, respectivamente,

os conceitos específicos de Keck e Sikkink e Tarrow que serão utilizados para analisar tanto a rede de ativistas transnacionais em defesa aos sobreviventes de Bhopal quanto a ação de *culture jamming* do grupo *The Yes Men* serão apresentados.

No segundo capítulo, Desastre de Bhopal: contexto, repercussões e o papel dos ativistas, será apresentado, na primeira parte, uma sistematização das narrativas acadêmicas e de ativistas sobre o desastre de Bhopal, a análise do contexto em que aconteceu e suas repercussões, contrastando-as com as narrativas governamentais e das empresas envolvidas. Na segunda parte será analisada a rede de ativistas transnacionais em defesa aos sobreviventes de Bhopal de acordo com a teoria exposta no capítulo anterior, principalmente pelas características da questão (sua ressonância) e dos atores (alvo e emissor) propostas por Keck e Sikkink (1998).

O enfoque do terceiro e último capítulo, O método de *Culture Jamming* e *The Yes Men* em Bhopal, será no método de *culture jamming*, apresentando a sua definição, trajetória, os principais grupos que utilizam o método e as críticas mais recorrentes. Em um segundo momento será exposta a ação do grupo *The Yes Men* sobre Bhopal, focando seus objetivos e recepção, para assim podermos analisar a ação de acordo com a teoria de ativismo transnacional. Nesta parte, será defendido que a ação do grupo foi uma difusão mediada não-relacional, seguindo categoria proposta por Sidney Tarrow.

A metodologia utilizada neste trabalho foi sistematização de narrativas, e a posterior comparação com a teoria de ativismo transnacional de Keck, Sikkink e Tarrow. Por isso, a bibliografia inclui a principal obra teórica de cada ator, para estabelecer as bases de análise e as narrativas acadêmicas, do ponto de vista das companhias e dos ativistas, sendo utilizado para isso trabalhos científicos e páginas da internet de ambas as partes. Além disso, foi utilizado o dicionário Aurélio para melhor interpretar a narrativa das fontes, principalmente a da companhia.

A metodologia e estrutura do trabalho foram escolhidas para melhor desenvolver tanto o objetivo geral quanto os específicos. O objetivo geral, que norteia esta monografia, é analisar a ação de *culture jamming* do grupo *The Yes Men* sobre o desastre de Bhopal em 2004 de acordo com a teoria de ativismo transnacional. Os objetivos secundários são apresentar a teoria de ativismo transnacional (capítulo 1), sistematizar as narrativas explicando o desastre e a ação dos ativistas (capítulo 2), analisar a rede de ativistas

transnacionais em defesa aos sobreviventes de Bhopal e seus atores-alvo de acordo com as características da questão e do ator (capítulo 2) e apresentar *culture jamming* como um método (capítulo 3).

2. Capítulo 1: Globalização, Internacionalismo e Protestos Transnacionais

Podem-se elencar vários momentos de inflexão no sistema internacional ao longo da história, ou seja, momentos que marcaram mudanças consideráveis e importantes no padrão de comportamento dos seus atores, sejam eles Estados, atores não estatais ou organizações internacionais. Autores como Sidney Tarrow (2005) e Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998) perceberam mudanças na década de 1990 que levaram ao aprofundamento e à maior frequência do ativismo e dos protestos transnacionais. Tais mudanças foram catalisadas por avanços nas tecnologias de comunicação e de transporte, levando ao aumento e à intensificação dos fluxos de informação, capital e mercadorias entre Estados e regiões.

O objetivo deste capítulo é apresentar a teoria de ativismo transnacional. Para tanto será exposto na primeira seção uma visão geral da teoria através dos conceitos desenvolvidos por Tarrow (2005) e Keck e Sikkink (1998), para contextualizar a base teórica desta monografia. Na segunda e terceira seção, respectivamente, serão focadas nos conceitos específicos que serão utilizados para a análise do tema.

2.1. Globalização, internacionalismo e ativismo transnacional

Autores como Kenneth Waltz definem o sistema internacional como anárquico, por três princípios básicos: o sistema é formado por Estados soberanos, sem nenhum poder acima para controlá-los (o que implica em autoridade absoluta sobre seu território e povo, além de independência no plano internacional); não existe ordenamento internacional já que não existe um governo ou poder mundial no qual os Estados são obrigados a obedecer; e essa ausência de ordenamento internacional implica em um sistema internacional anárquico, sendo anarquia não definida como caos, mas falta de um elemento ordenador (WEBER, 2009).

Em seu livro *Theory of International Politics*, Kenneth Waltz (1979) ressalta como a dimensão estrutural e estática, os componentes organizacionais, influencia a tomada de decisão dos atores. Para o autor, o comportamento de atores em um sistema depende de como ele é organizado. No caso dos Estados, eles teriam dois tipos de organização: a anárquica, no sistema internacional, e a hierárquica, dentro do plano doméstico. Cada uma das formas de organização implica em um comportamento diferente dos Estados. No plano doméstico, ele está no topo da hierarquia, com o monopólio do poder, estabelecendo ordem, e assim, permitindo que os demais pontos do ordenamento se especializem. Porém, no plano

internacional, é a anarquia o princípio que rege a relação entre os Estados, o que significa que não existe um elemento ordenador acima dos Estados, logo, para garantir sua segurança e sobrevivência, os Estados devem realizar todas as funções necessárias para tal, ou seja, não podem se especializar.

Entretanto, Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998) acreditam que a melhor forma de definir o sistema internacional não é anarquia, mas sim a sociedade internacional, formada por indivíduos que compartilham objetivos comuns e capazes de agir coletivamente. A definição do sistema internacional como uma sociedade internacional vem do trabalho de Hedley Bull, mas ele a apresentou como uma sociedade formada por Estados.

Keck e Sikkink discordam de Bull. Para elas, resumir a sociedade internacional aos Estados é um erro, pois deixaria vários componentes de fora da análise, principalmente o espaço de atuação das redes de ativistas transnacionais. Esse espaço pode ser exemplificado pelo caso da Batalha de Seattle em 1999, uma manifestação que agregou vários tipos de ativistas diferentes, com objetivos específicos bastante divergentes, em torno de um objetivo geral comum: interromper a Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio (OMC)¹. Se considerarmos os Estados como os únicos atores do Sistema Internacional, a Batalha de Seattle não poderia ser abordada como fenômeno relevante nas relações internacionais, já que qualquer decisão internacional seria resumida à vontade dos Estados.

O final do século XX e o começo do XXI são marcados pelos avanços tecnológicos na área de transportes e telecomunicações, que implicaram em uma maior facilidade de contato entre as mais diversas regiões do mundo. Tal "diminuição" de distâncias faz parte da globalização, definida por Keohane como "o crescente aumento do volume e velocidade dos fluxos de capital e bens, informações e ideais, pessoas e forças que conectam atores entre Estados"(KEOHANE, 2003, p. 193, tradução nossa)².

Como se pode depreender da citação acima, a globalização não necessariamente é algo positivo ou negativo. Globalização é a aproximação de diversos atores, e a forma que ela tomará depende das relações entre os mesmos. Tanto Keohane (2000) quanto Tarrow (2005)

¹ O objetivo da Rodada do Milênio era estabelecer as bases para a próxima Rodada de liberalização de comércio, principalmente no tema agricultora.

²Tradução nossa de: "*increasing volume and speed of flows of capital and goods, information and ideas, people and forces that connect actors between countries*"

ressaltam o papel das organizações internacionais na globalização. Keohane acredita que a interdependência crescente entre os Estados e suas respectivas populações, no contexto da globalização, gera novas formas de governança, no âmbito dos chamados regimes internacionais³, que garantem benefícios aos seus membros em termos de segurança e bem-estar (KEOHANE, 1984). Já Tarrow (2005), enfoca nas decisões individuais dos atores que ao se relacionarem criam estruturas de ameaças, recursos e oportunidades, com isso, aponta que as organizações internacionais podem ser vistas como espaços de diálogo, no quais determinadas visões ou temas podem ser mais influentes, em grande parte ditando os rumos do diálogo.

Além disso, tanto Tarrow (2005) quanto Keck e Sikkink (1998) contestam a ideia que o sistema internacional caminha naturalmente, como fruto da globalização econômica e dos avanços tecnológicos, para tornar-se uma sociedade global. Keck e Sikkink (1998) consideram que este argumento ignora o papel da agência dos diversos atores e as oportunidades políticas, que na visão delas são o ponto central para entender a evolução das organizações e das relações internacionais. A sociedade transnacional imaginada pelas autoras é um espaço fragmentado de luta e de contestação.

Tarrow (2005) também rechaça a ideia de que a simples distribuição de informação e maior contato entre os diferentes atores levaria à formação de movimentos de contestação, redes de ativistas e protestos, formando uma sociedade global, já que

[a]gir coletivamente requer que ativistas acumulem recursos, tomem conhecimento e aproveitem oportunidades, moldem suas demandas de forma que possibilitem se juntar a outros grupos e identificar alvos em comum. Se esses pontos constituem barreiras na política doméstica, eles são ainda mais difíceis de transpor quando pessoas se mobilizam além das fronteiras. Globalização não é suficiente para explicar porque pessoas agem coletivamente, ou não, em movimentos de contestação (Tarrow, 2005, p. 6, tradução nossa).⁴

Com a passagem acima, o autor quer dizer que a relação entre globalização e movimentos de contestação transnacionais não é direta ou ampla, já que formar tais

³ Keohane apresenta em sua obra *After Hegemony* de 1984 que regimes internacionais são um conjunto de princípios, implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimento de tomada de decisão nos quais as expectativas dos atores convergem em áreas específicas das relações internacionais.

⁴ Tradução nossa de: “*Acting collectively requires activists to marshal resources, become aware of and seize opportunities, frame their demands in ways that enable them to join with others, and identify common targets. If these thresholds constitute barriers in domestic politics, they are even higher when people mobilize across borders. Globalization is not sufficient to explain when people will engage in contentious collective action and when they will not*”.

movimentos implica em diversos desafios, tornando improvável que a sociedade global seja seu resultado devido a três razões principais: os motivos para contestação surgem no contexto doméstico ou local, e nem sempre podem ser facilmente transpostos para o plano transnacional; manter ação coletiva transnacional é complicado, tendo em vista que os atores envolvidos geralmente não mantêm contato constante e não possuem laços de confiança; e, por último, é difícil desenvolver uma identidade coletiva comum (qual é o problema, qual é o ator alvo do protesto) entre pessoas de diferentes culturas, atuando a partir de contextos locais distintos.

Isto não significa que a globalização não tenha sido utilizada como fonte de reivindicações por ativistas. Nos anos 90 surgiu o movimento antiglobalização, também conhecido como globalização por baixo ou de justiça social, contrário à globalização nos moldes neoliberais. Essa década foi influenciada por modificações ligadas à integração econômica mundial que influenciaram a ação de ativistas.

A partir de então, ativistas passaram a utilizar organizações enquadradas como “neoliberais” - como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a OMC e, às vezes, até a União Europeia - como alvos de contestação com maior frequência. Dessas manifestações surgiram campanhas transnacionais de ativismo, como a Batalha de Seattle, que se beneficiaram de novas tecnologias de comunicação e da difusão de seu acesso, facilitando a organização de eventos múltiplos em vários lugares.

Tarrow (2005), por acreditar que globalização não é suficiente para explicar os movimentos de contestação transnacional, acrescentou o conceito de internacionalismo à sua análise. Segundo ele, enquanto a globalização oferece o motivo para mobilização, é o internacionalismo que oferece os canais de resistência à mesma, como atores alvo são escolhidos e oportunidades de formação de redes transnacionais. O autor compara os dois conceitos ao afirmar que, se a globalização é o aumento do fluxo de informação, comércio, pessoas e finanças, internacionalismo é a estrutura triangular de oportunidade, recursos e ameaças ao ativismo transnacional. Trata-se de uma estrutura no âmbito da qual os diversos atores - Estados, atores não estatais e organizações internacionais - interagem em um ambiente transnacional. Porém, o internacionalismo não é uma estrutura estática; é a interação entre os atores que definem quais são as ameaças, os recursos e as oportunidades presentes no ambiente transnacional. Logo, o internacionalismo não só está em constante mudança, como pode ter diferentes graus de influência dependendo dos atores envolvidos.

Tarrow (2005) caracteriza o internacionalismo a partir de três tendências:

1. Crescente densidade de **relações horizontais** entre Estados, representantes de governos e atores não estatais;
2. Crescentes **conexões verticais** entre os níveis subnacionais, nacionais e internacionais;
3. Uma **estrutura formal e informal** que possibilita o ativismo transnacional e facilita a formação de redes entre atores não estatais, Estados e demais atores internacionais.

Segundo o autor, um ambiente caracterizado pelo internacionalismo avançado facilita a ação de atores não estatais, já que estes passam a ter maior influência no sistema internacional por conta dos múltiplos canais de atuação e da estrutura formal e informal de ação construído na interação dos diversos atores do sistema em todos os níveis, embaçando a separação entre Estado, atores não estatais e organizações internacionais.

Keck e Sikkink (1998) concordam que existe uma crescente presença de redes de interação entre Estados, atores não estatais e organizações internacionais no sistema internacional. É neste espaço que surgem redes criando novos laços entre sociedade civil, Estados e organizações internacionais, multiplicando canais de acesso ao sistema internacional. As redes conseguem multiplicar canais de acesso por embaçar a fronteira tradicional da relação entre o Estado e seu nacional e os recursos disponíveis ao Estado e ao indivíduo no Sistema Internacional.

De acordo com Keck e Sikkink (1998) existem três tipos básicos de redes transnacionais:

- (1) Aquelas com *objetivos* essencialmente *instrumentais*, especialmente corporações e bancos transnacionais;
- (2) aquelas motivadas principalmente por *ideias causais compartilhadas*, como grupos científicos e comunidades epistêmicas;
- e (3) aquelas motivadas em primeiro lugar por *princípios e valores compartilhados* (redes de ativistas transnacionais) (KECK, SIKKINK, 1998, 30, tradução nossa).⁵

Cada uma das redes transnacionais citadas acima possui estratégias diferentes de como exercer influência, devido aos seus diferentes recursos políticos. Enquanto bancos e corporações transnacionais provavelmente utilizarão seus recursos econômicos para exercer

⁵ Tradução nossa de: “(1) those with essentially *instrumental goals*, especially transnational corporations and banks; (2) those motivated primarily by *shared causal ideas*, such as scientific groups or epistemic communities; and (3) those motivated primarily by *shared principled ideas or values* (transnational advocacy networks)”.

influência, grupos científicos e comunidades epistemológicas utilizarão sua capacidade de convencer *policy makers*, e as redes de ativistas transnacionais exercerão influência através da divulgação estratégica de informação (KECK; SIKKINK, 1998). Neste trabalho será estudado a última rede, ou seja, a rede de ativistas transnacionais.

Tarrow (2005) defende que por conta que as inovações tecnológicas, integração econômica e conexões culturais surgiu um grupo amplo de indivíduos que agem transnacionalmente: os cosmopolitas enraizados ("*rooted cosmopolitans*"). Segundo o autor, cosmopolitas enraizados correspondem aos ativistas mais eficazes, ou seja, aqueles:

“indivíduos ou grupos que mobilizam recursos e oportunidades no plano doméstico e internacional para avançar suas reivindicações em nome de atores externos, contra adversários externos, ou em favor de objetivos que tenham em comum com aliados transnacionais” (TARROW, 2005, p. 29, tradução nossa)⁶.

Vale ressaltar que nem todo cosmopolita enraizado é um ativista, já que executivos, advogados, servidores públicos nacionais ou internacionais também podem o ser. Para tal só precisam ter a capacidade de operar dentro e fora do plano doméstico, transitando em outros Estados e entre organizações internacionais (TARROW, 2005). Por mais que nem todo cosmopolita enraizado seja um ativista transnacional, todo ativista transnacional é um cosmopolita enraizado.

De acordo com Tarrow (2005), ativistas transnacionais são “pessoas ou grupos que estão enraizados em um contexto nacional específico, mas que interagem em atividades de contestação política que os envolvem em redes transnacionais de contatos e conflitos” (TARROW, 2005, p. 29, tradução nossa⁷). Além disso, cosmopolitas enraizados tendem a ter um nível de escolaridade acima da média da sua região, serem melhor conectados, falarem mais línguas e viajarem com maior frequência (TARROW, 2005).

Ao inserirem mais atores e dinâmicas no sistema internacional, Tarrow (2005) e Keck e Sikkink (1998) contrariam a visão tradicional de teorias tradicionais segundo as quais o Estado é o único ator das relações internacionais (ou predominante), e sua soberania é absoluta, o que significa que dentro de suas fronteiras sua vontade é a lei máxima. Nesta

⁶Tradução nossa de: “*as individuals and groups who mobilize domestic and international resources and opportunities to advance claims on behalf of external actors, against external opponents, or in favor of goals they hold in common with transnational allies*”.

⁷ Tradução nossa de: “*as people and groups who are rooted in specific national contexts, but who engage in contentious political activities that involve them in transnational networks of contacts and conflicts*”.

visão, um indivíduo descontente com seu Estado, ou que sente que seus direitos estão sendo violados, só poderia reclamar para o próprio Estado. Porém, dificilmente um Estado que viola direitos dos indivíduos em seu território tomaria qualquer providência para resolver o problema (além de usar força ou coerção para calar descontentes).

Keck e Sikkink (1998) e Tarrow (2005) contestam tanto a ideia de que o Estado é o único ator no sistema internacional, como a que o mesmo seja um ator único. Para os autores, o Estado é formado por diversos grupos, muitas vezes com visões diferentes sobre diversas questões sociais, políticas e ambientais, tornando-se necessário um enfoque multidimensional de como os Estados interpretam e agem diante de determinada questão.

Os autores encontram ampla base empírica para sua interpretação do Estado no sistema internacional. Cada vez mais indivíduos se organizam em redes transnacionais para contestar práticas de Estados ou defender direitos de minorias. Exemplos disto são redes formadas em torno de direitos humanos ou em defesa do meio-ambiente.

A Batalha de Seattle é um exemplo da relação entre Estados, atores não estatais e organizações internacionais no sistema internacional. Nela podem ser identificados grupos de ativistas (atores não estatais) contestando uma rodada de negociações da OMC, uma organização internacional cujos delegados são representantes de Estados. No entanto, vale ressaltar que, por mais que organizações internacionais sejam formadas por Estados, elas possuem personalidade jurídica própria, logo devem ser tratados como atores distintos no sistema internacional.

Segundo Keck e Sikkink (1998), redes de ativistas transnacionais não são novidade, mas nas últimas décadas têm aumentado em número, tamanho, densidade, profissionalismo, rapidez e na complexidade internacional das suas ligações, que tem crescido dramaticamente.

De acordo com Keck e Sikkink (1998), redes de ativistas transnacionais são formas de organização caracterizadas por padrões horizontais de comunicação voluntários e recíprocos, baseados na fluidez e na relação aberta entre atores bem informados e comprometidos com questões específicas. Possuem a habilidade de mobilizar informações estrategicamente e, assim, ajudam a criar novas questões e a convencer, pressionar e ganhar vantagem sobre atores muito mais poderosos, como Estados, organizações internacionais e corporações.

Segundo Keck e Sikkink (1998), a escolha do uso das palavras “redes” e “transnacionais” foi para remeter à dimensão estrutural e estruturante desses agentes complexos, que não só participam de novas áreas da política, mas também as moldam. Além disso, redes estão associadas à ideia de comunicação, e para as autoras o componente fundamental de redes de ativistas transnacionais é o compartilhamento de informações.

Quatro características fundamentais das redes de ativistas transnacionais são: a centralidade de ideias e valores; crença de que indivíduos podem fazer a diferença; uso criativo de informações; e uso de estratégias políticas sofisticadas por atores não governamentais (KECK; SIKKINK, 1998).

Redes de ativistas transnacionais usualmente se estabelecem em torno de temas que teóricos tradicionais de relações internacionais, segundo Keck e Sikkink (1998), considerariam impossíveis de criar cooperação, já que não podem ser explicados por uma lógica de interesses e maximização de ganhos. Além disso, as redes de ativistas transnacionais, em sua maior parte, não contam com a cooperação de Estados, pois estes têm poucos incentivos para tal, já que redes contestam a sua soberania. A existência da rede e sua capacidade de inserir temas na agenda internacional, muitas vezes em revelia ao Estado, contestam as teorias tradicionais de relações internacionais, que colocam o Estado como centro do sistema internacional. Isto não significa que Estados não participem de redes (ou que não sejam atores fundamentais para o sistema internacional), mas geralmente sua participação depende de uma análise de custos, no qual se envolver não representa um custo grande e/ou não se envolver, um custo elevado.

Tarrow (2005) acrescenta que, neste início do século XXI, percebe-se cada vez mais a formação de um amplo escopo de ativistas que enfrentam barreiras tanto subnacionais e nacionais quanto internacionais e que reúnem tanto ativistas e defensores transnacionais quanto domésticos. Não existe um único tipo de ativista transnacional; eles variam tanto em tema como inserção, ou atuação. Existem aqueles com espírito internacionalista, buscando criar uma sociedade civil global, como também aqueles que buscam apenas solucionar uma questão doméstica no espaço transnacional. Esses ativistas locais não migram para o plano transnacional, mas utilizam seus recursos e oportunidades para transitar entre os mais diversos níveis, procurando espaços receptivos às suas reivindicações.

Keck e Sikkink (1998) compartilham a visão do autor que os ativistas têm preocupações variadas. Ressaltam, ademais, que as redes são motivadas por valores morais, ao invés de preocupações materiais ou com normas e leis, e vão além do movimento de contestação de determinada política. As redes de ativistas transnacionais procuram motivar mudanças institucionais e nos princípios básicos de interação do sistema internacional. Ou seja, os ativistas não se limitam a influenciar o resultado final das políticas, mas também procuram transformar os termos e a natureza do debate, ou seja, a sua norma.

Segundo Keck e Sikkink (1998), a norma refere-se às expectativas coletivas do comportamento apropriado de determinado ator, segundo a sua identidade. O que as redes de ativistas transnacionais buscam mudar são as expectativas coletivas de comportamento para determinada identidade, o que na prática significa mudar a própria identidade. Vale ressaltar que a norma e a prática (comportamento do ator) são mutualmente constituídas, e que normas podem virar práticas tão rotineiras que são vistas como naturais, dificultando o esforço de mudança.

Os passos da mudança da implementação da norma são: pressionar os atores-alvo a mudar suas políticas; avaliar se estão de acordo com padrões internacionais (se seguem tratados relativos aos Direitos Humanos ou ao meio-ambiente, por exemplo); e monitorar se os atores-alvo estão cumprindo seus compromissos internacionais (KECK; SIKKINK, 1998). Para tal, as redes buscam maximizar sua influência e vantagem sobre os atores-alvo. Através disso, contribuem para a mudança de percepção que Estados e atores não estatais possuem sobre suas identidades, interesses e preferências, transformando o seu discurso e mudando a suas práticas políticas e seu comportamento.

Para o funcionamento eficaz de uma rede de ativistas transnacionais, é necessário que os ativistas tenham uma estrutura comum de significado (*common frame of meaning*). Logo, ao atuarem precisam compartilhar dos mesmos conceitos e significados. No entanto, alcançar um significado comum em uma rede transnacional é difícil por conta da sua diversidade de atores. Assim, a solução encontrada pelos ativistas foi o uso de campanhas⁸, processos nos

⁸ Keck e Sikkink (1998) defendem o uso do conceito de campanhas na análise de redes de ativistas transnacionais por quatro motivos fundamentais: destaque para o relacionamento (como conexões entre atores são estabelecidas e mantidas, sendo eles ativistas, aliados ou oponentes), identificação de recursos (sejam eles informação, liderança, capital simbólico ou material), percepção das estruturas institucionais, domésticas e internacionais (que encorajam ou impedem determinado tipo de ativismo transnacional) e poder analisar a evolução das táticas e estratégias ao longo da campanha.

quais questões são construídas, restringidas pelo contexto da ação que o mesmo foi realizado. Ativistas identificam um problema, especificam uma causa e propõem uma solução. Durante todas as partes da elaboração e implementação da campanha, ativistas buscam construir mudanças procedimentais, substantivas e normativas (KECK; SIKKINK, 1998).

Vale ressaltar que as redes geralmente se estabelecem em torno de termos amplos que dificilmente conseguiriam mobilização em massa. A opção por um tema amplo é estratégica, pois este possibilita incluir os mais diversos grupos de ativistas em uma única e densa rede, trocando informações e aumentando sua influência. Porém, um tema muito amplo gera a dificuldade de transformar apoio difuso em disposição para agir, que é usualmente combatida por inovações na forma de apresentar o tema, aumentando sua probabilidade de influenciar ação ao torná-lo mais atual.

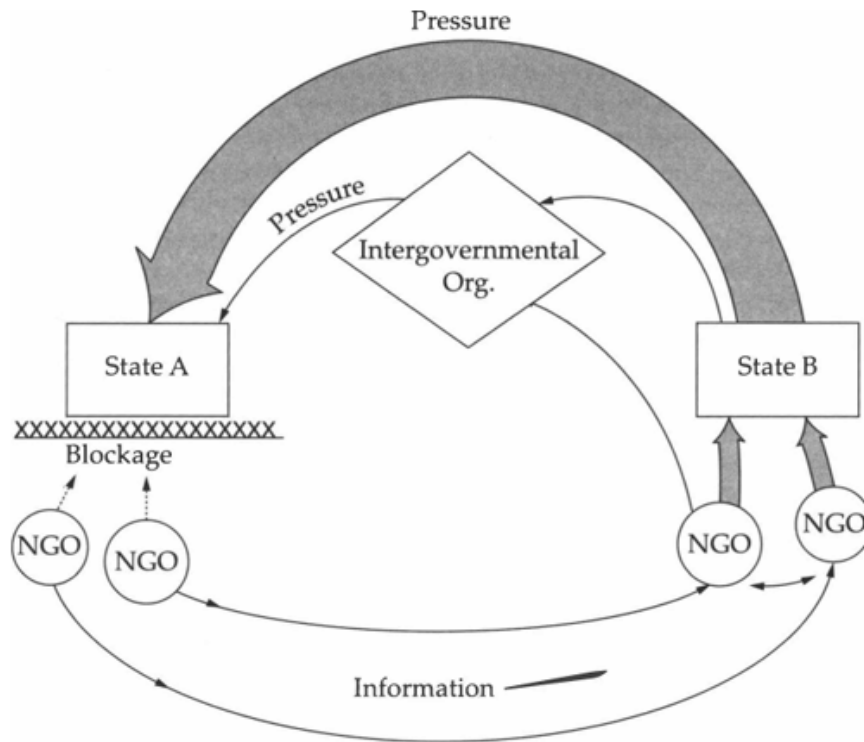
Entretanto, Tarrow (2005) enfatiza que ativistas transnacionais não começam a atuar direto no nível internacional. Segundo o autor, eles começam como ativistas domésticos que acabam se envolvendo com o nível internacional para buscar oportunidades de aumentar sua influência. Ou seja, atuam pontualmente no plano internacional e depois voltam para o plano doméstico. É possível que neste processo construam laços e aprendizado que os façam retornar ao plano internacional (tornando-os ativistas transnacionais). Mesmo após tornarem-se ativistas transnacionais, a maioria continua ligada a questões domésticas; apenas uma pequena parcela deles torna-se ativistas transnacionais em tempo integral. A diferença entre um ativista doméstico e transnacional é a habilidade que o segundo possui de transitar entre os diversos níveis (subnacional, nacional e internacional), aproveitando as oportunidades criadas pelo internacionalismo.

Keck e Sikkink (1998) afirmam que existem três situações nas quais a formação de rede é provável: quando a comunicação entre grupos domésticos e o governo é bloqueada, sendo ineficiente para resolver a situação (efeito bumerangue); quando ativistas acreditam que a formação de uma rede pode aprofundar o impacto de suas campanhas (empreendedores políticos); e quando conferências ou outras formas de contato internacional criam espaços para formar e fortalecer redes (contato internacional).

A primeira das situações citadas acima foi cunhada por Keck e Sikkink (1998) como efeito bumerangue. Esse conceito parte do princípio que os Estados são os primeiros garantidores de direitos, mas também são os principais violadores. Logo, quando o canal

sociedade civil-Estado está bloqueada, ativistas se valem do efeito bumerangue para buscar apoio internacional e pressionar o Estado para abrir o diálogo, como ser visualizado no esquema a seguir:

Figura 1 Efeito Bumerangue



Fonte: Keck e Sikkink, 1998, p. 13

A Figura 1 mostra um Estado A, no qual a relação sociedade civil-Estado está bloqueada. Logo, ativistas do Estado A procuram aliados em um Estado B. Esses aliados pressionaram seus próprios Estados, ou até mesmo alguma organização internacional, para que esses pressionem o Estado A a mudar sua posição.

A segunda situação na qual redes são formadas, segundo Keck e Sikkink (1998), depende da ação de empreendedores políticos. Estes são, dentro das redes de ativistas transnacionais, organizações ou indivíduos que mobilizam recursos como informação e “*membership*”, mostrando sofisticado conhecimento da estrutura de oportunidades políticas disponíveis.

Assim como opressão e injustiça não criam movimentos e revoluções por si só, temas passíveis de ação internacional não criam redes de ativistas transnacionais. Para tal, é

necessário empreendedores políticos dispostos a sofrer as consequências e a arcar com os custos de engajamento. As autoras ressaltam que empreendedores políticos de uma campanha ou rede geralmente já participaram de outras, acumulando experiência (KECK; SIKKINK, 1998).

Além do esforço de empreendedores políticos, conferências (ou qualquer outro evento) internacionais são um espaço onde é possível estabelecer laços entre atores. Keck e Sikkink (1998) destacam o impacto do papel dos avanços tecnológicos na diminuição do preço das comunicações e do transporte e contribuindo para “popularizar” viagens internacionais.

Para Tarrow (2005), o ativismo transnacional é mais comum na região onde os indivíduos têm maior acesso a recursos financeiros e organizacionais, e as quais abrigam sedes de organizações internacionais, ou seja, o Norte. Já para Keck e Sikkink (1998), a diferença entre ativismo transnacional entre Sul e Norte não se resume à frequência de ação, quantidade de grupos de ativistas ou recursos; o próprio perfil dos ativistas é diferente. Segundo as autoras, ativistas do Norte têm uma maior confiança na utilização de redes transnacionais para a resolução de problemas domésticos, enquanto ativistas do Sul tendem a ser mais desconfiados de qualquer tipo de ingerência ou pressão externa, só aceitando intervenção em casos extremos (quando vidas estão em risco, por exemplo).

Na primeira seção deste capítulo procurou-se apresentar a ideia geral da teoria de ativismo transnacional desenvolvida por Margaret Keck, Kathryn Sikkink e Sidney Tarrow, apresentando como os autores percebem o sistema internacional, identificando os indivíduos que agem internacionalmente e em quais situações é mais provável surgir o ativismo transnacional. Nas seções seguintes procura-se apresentar os conceitos específicos dos atores, que pretende-se utilizar na análise da rede de ativistas transnacionais em defesa aos sobreviventes de Bhopal e da ação de *culture jamming* do grupo *The Yes Men*.

2.2. Os seis processos de contestação transnacional

Para melhor entender o processo relacionado a uma campanha de contestação, e para melhor avaliar os mecanismos utilizados, Tarrow (2005) separa a ação de ativistas transnacionais em seis momentos: elaboração global da questão, internalização, difusão, mudança de escala, externalização e formação de coalizões. Estes seis processos de

contestação podem ser divididos em três blocos, conforme o quadro abaixo, cujos pontos serão explorados nas subseções a seguir.

Quadro 1 - Os Seis Processos de Contestação Transnacional

Global no Local	Processos de transição	Local no Global
Enquadramento global da questão	Difusão	Externalização
Internalização	Mudança de escala	Formação de coalizão

Fonte: Elaboração própria com dados de Tarrow (2005)

2.2.1. Global no Local

No bloco Global no Local, Tarrow (2005) inclui dois processos de contestação transnacional: enquadramento global da questão e internalização. O autor define enquadramento global ("*global framing*") como "uso de símbolos externos para orientar a reivindicação local ou nacional" (TARROW, 2005, p. 60, tradução nossa)⁹. O objetivo dos ativistas ao utilizar este método é generalizar, certificar e ligar a questão doméstica com outras questões e atores externos.

Destaca-se que o desenvolvimento do ativismo transnacional não é igual no mundo inteiro, o que para Tarrow (2005) reflete a contínua importância de estruturas domésticas como ponto de princípio para ação e desenvolvimento de ativistas. Essas diferenças nas estruturas domésticas de cada ator dificultam o enquadramento global da questão, já que torna mais difícil estabelecer uma posição universal sobre uma questão ou persuadir o público a adotar uma visão global. Tarrow (2005) cita o caso das sementes geneticamente modificadas. Enquanto ativistas do Norte se organizavam para coibir a importação de semente geneticamente modificadas dos Estados Unidos, entre outros motivos para manter a diversidade genética, ativista do Sul não podiam concordar com este pleito por vários motivos, entre eles o caso dos fazendeiros indianos de baixa renda, que dependiam da economia proveniente da semente geneticamente modificada para conseguir produzir e sustentar suas famílias.

⁹Tradução nossa de: "*use of external symbols to orient local or nacional claims*"

Antes de entrarmos nos mecanismos de enquadramento global da questão, é necessário aprofundar na própria definição de enquadramento. Enquadramento é aquilo que organiza e guia a ação. Quando se discute ativistas transnacionais geralmente pensa-se em enquadramentos de ação coletiva, que são criados por líderes para estabelecer objetivos e intenções, conseguir apoio (seja um aumento no número de ativistas, patrocínio ou apoio institucional) e chamar a atenção dos meios de comunicação (TARROW, 2005).

Tarrow (2005) ressalta que os líderes dos movimentos de ativistas não estão livres para estabelecer o enquadramento que quiserem. Para conseguir alguma mudança na questão, o enquadramento da mesma tem de fazer sentido para o público em geral; logo, o enquadramento deve obedecer a lógica do "senso comum". Não se trata de algo simples, já que a noção de "senso comum" de uma sociedade tende a justificar a desigualdade social e os privilégios da elite. Logo, ativistas, ao estabelecer o enquadramento, precisam ser criativos para obterem ressonância junto ao público, respeitando o "senso comum", mas ao mesmo tempo o contestando para poder engatilhar alguma mudança.

Existem dilemas no enquadramento global da questão. Segundo Tarrow (2005), o enquadramento global incentiva os ativistas locais ao demonstrar que existem grupos além das fronteiras com visão e objetivos semelhantes. Porém, adotar completamente um enquadramento global pode levar tais ativistas a terem um escopo muito geral da questão, que pode levá-los a afastar-se demais dos indivíduos que dizem representar. Esse é, por exemplo, o desafio de ativistas do Sul no caso das sementes geneticamente modificadas apresentado acima. Adotar a posição global significaria dar as costas para os fazendeiros indianos, mas defender a aceitação das sementes geneticamente modificadas é afastar-se de uma posição global¹⁰.

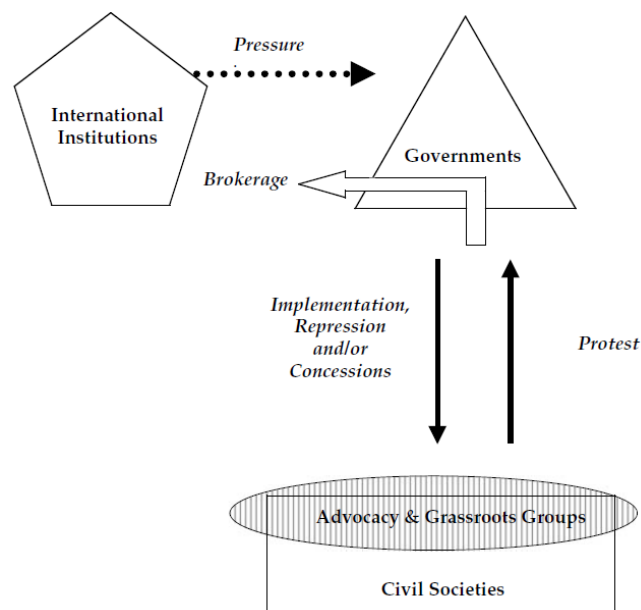
Além do enquadramento global da questão, Tarrow (2005) insere a internalização no bloco "global no local". Internalização é migração de pressões e conflitos internacionais para o plano doméstico e a relação triangular que estabelece entre a sociedade civil, o Estado e organizações internacionais. Tarrow (2005) ilustra o processo ao dizer que internalização é

¹⁰ Por este exemplo não se quer dizer que a visão dos ativistas do Norte é a posição global, mas sim que se a posição de ativistas do Sul e Norte é diferente, não foi construída um enquadramento geral da questão.

"quando grupos domésticos contestam grupos internacionais, Estados ou atores não estatais no plano doméstico" (TARROW, 2005, p. 79, tradução nossa)¹¹.

O processo de internalização passa por quatro etapas: primeiro, o Estado sofre a **pressão externa** para adotar política proposta por alguma organização internacional; segundo, o Estado **implementa** esta política; terceiro, a sociedade civil **protesta** contra a política implementada, mas seu alvo é o governo que a implementou; e, em quarto lugar, vem a resposta do governo aos protestos, que pode variar de **repressão** ao protesto, **concessão** de compensações aos afetados pela política ou adoção do papel de **mediador** da negociação da política entre a organização internacional e a sociedade civil, representada pelos manifestantes. A figura 2 ilustra o processo de internalização:

Figura 2 Modelo Descritivo de Internalização



Fonte: Tarrow, 2005, página 81

Aparentemente, o Estado parece refém das pressões externas e internas. Porém, a sua qualidade de agente pode ser percebida no papel de mediador que pode assumir; ou na utilização da pressão interna, representada pelos protestos, para renegociar os termos da política com a organização, e vice-e-versa, já que o Estado pode usar a pressão externa para justificar a implementação de políticas impopulares.

¹¹Tradução nossa de: "When domestic groups employ contentious politics against international, state, or nonstate actors on domestic ground"

2.2.2. Processos de Transição

Os dois processos de transição apresentados por Tarrow (2005) são referentes a como um movimento social local se propaga para outras regiões, sendo um dos processos horizontal (difusão) e o outro vertical (mudança de escala). Para explicar esses processos o autor se baseia na ideia de que o que as pessoas sabem e conhecem restringe o seu repertório de contestação (tanto no que se refere às questões como aos métodos utilizados). Se, por um lado, existem barreiras para passar um movimento contestatório de um local para outro, por outro lado, após um método e/ou questão se mostrar eficaz, ativistas de outras partes têm incentivos para importá-los:

Por exemplo, uma vez que sua eficácia foi demonstrada, a greve foi da indústria para os serviços; petições que se mostraram úteis contra oficiais do Estado puderam ser utilizadas como uma tática política contra escravidão; protestos contra capitalistas locais se transformaram em manifestações contra todos os antagonistas; protestantes recusando sair de órgãos públicos viraram ocupação (TARROW, 2005, p. 102, tradução nossa)¹².

Tarrow (2005) ressalta que a migração de um movimento contestatório entre as fronteiras não é nova. Porém, o aumento do internacionalismo e os avanços nas tecnologias de comunicação (como *skype*, mensagens de texto e mídias sociais) facilitaram, aceleraram e tornaram mais frequente a difusão de movimentos de ativistas.

Segundo Tarrow (2005) a difusão pode ocorrer de três maneiras: difusão relacional, difusão não relacional e difusão mediada ("*mediated diffusion*"). A primeira é a transferência de informações entre indivíduos ou grupos com relações já estabelecidas; a segunda é a transferência entre indivíduos ou grupos com pouca ou nenhuma relação; e a terceira é transferência por meio de um mediador entre indivíduos e grupos que não se conhecem e que provavelmente nunca entrariam em contato por conta própria.

A difusão relacional, por ser entre indivíduos e grupos que já se relacionam, subentende um maior nível de confiança e similaridade entre as partes, porém limita seu alcance, já que limita a difusão a indivíduos que já estabeleceram um relacionamento anterior.

¹²Tradução nossa de: "*For example, once its efficacy was demonstrated, the strike spread from industry to services; petitions that had proved useful against individual state officials could be employed as a political tactic against slavery; turnouts against local capitalists transformed into demonstrations against all manner of antagonists; protesters refusing to leave a particular official's office transmuted into the sit-in*".

Além disso, como é uma comunicação direta, possibilita que a mensagem seja mais complexa e que ocorra troca de informações (TARROW, 2005).

Já a difusão não relacional geralmente ocorre por meios de comunicação em massa, como televisão, rádio e internet, e frequentemente faz uso da "teorização". Teorização é definir algo de forma abstrata (ignorando características de tempo e espaço da questão) e reduzida a uma relação de causa e efeito ou a esquema funcionalista. Esta teorização associada com o uso de meios de comunicação em massa possibilita que a mensagem tenha um maior alcance (já que o público não necessariamente precisa conhecer a questão para entender a mensagem), porém sua simplificação e a impessoalidade da comunicação abrem espaço para interpretações equivocadas (TARROW, 2005).

Tarrow (2005) apresenta a difusão mediada como uma relação de "*brokerage*": contato entre dois ou mais grupos de indivíduos - que dificilmente se relacionariam por conta própria - por intermédio de um "*broker*" (mediador). Um exemplo de "*broker*" são imigrantes ou refugiados, que apresentam cultura ou problemas sociais de seu local de origem à sociedade para qual migram.

Para este terceiro tipo de difusão, o papel do "*broker*" é fundamental. Existem dois elementos deste ator que valem ser ressaltados. Primeiro, o "*broker*", como o indivíduo ou o grupo que estabelece a ligação e tem total controle sobre a mensagem, já que os grupos que o conecta não possuíam laços ou comunicações anteriores. Segundo, o único papel do "*broker*" é conectar os grupos; ele pode nunca vir a ser parte da ação contestatória (TARROW, 2005).

Além do processo horizontal de transmissão, há também o vertical, a mudança de escala ("*scale shift*"). Mudança de escala¹³ é essencial para o ativismo transnacional; sem ela as questões que surgem em um espaço local nunca ganhariam uma maior proporção. Ela é definida como mudança no número e nível de coordenação do movimento, que altera seu espaço de atuação -que pode tanto ir do local para o internacional ("*upward scale shift*"), como o inverso ("*downward scale shift*") -, envolvendo novos atores, diferentes questões e objetivos. Também pode ocorrer mudança nos significados e recortes das questões (TARROW, 2005).

¹³ Segundo Tarrow (2005), mudança de escala envolve cinco mecanismos: coordenação da contestação, "*brokerage*", teorização, mudança das questões e objetivos. A esses, o autor adiciona um sexto mecanismo opcional, mudança de identidade

Por mais que ativistas possam utilizar a mudança de escala para aproveitar oportunidades internacionais, Tarrow (2005) argumenta que a maior parte deles continua focada no plano doméstico, e restringida pela realidade política do seu local de origem. Tendo esta suposição como verdadeira, o autor vai além ao dizer que, se o ativismo transnacional cresce em frequência de ação e número de associação entre grupos de ativistas, isto significa que ele conseguiu:

[...] primeiro, a transposição [local para internacional] permite que um movimento doméstico aceite compromissos transnacionais sem abandonar suas reivindicações domésticas e as necessidades de quem eles tentam representar; e, segundo, permite que um movimento se propague através de laços impessoais da mídia e internet ou através de fracos laços de uma cadeia de 'brokerage', ao invés de depender de uma mais intensa, porém mais estreita, comunicação típica de difusão relacional (TARROW, 2005, p. 140, tradução nossa).¹⁴

Na subseção anterior apresentou-se quais processos auxiliam a incorporar no local ideias globais (enquadramento geral da questão e internalização), enquanto nesta a preocupação foi com os processos que levam um movimento de um nível a outro (difusão e mudança de escala). Na próxima subseção será apresentado os mecanismos propostos por Tarrow (2005) para levar um movimento local para o plano externo: externalização e coalizões transnacionais.

2.2.3. Local no Global

De acordo com Tarrow (2005) não é novidade atores domésticos, frustrados com sua inabilidade de interagir com seu próprio governo, procurarem apoio de aliados externos. Segundo o autor, isso pode ocorrer de duas formas: primeiro, os ativistas podem levar seu pleito para fora (externalização); e, segundo, alianças entre ativistas transnacionais podem ser estabelecidas (coalizões transnacionais).

Existem três caminhos para a externalização: através da transmissão de informação, através de acesso institucional e através de uma combinação de ação direta e laços internacionais. Ação direta e acesso institucional costumam ser limitados ou custosos, logo a

¹⁴ Tradução nossa de: "*first, transposition allows a domestic movement to embrace transnational commitments without abandoning its domestic claims and those whose needs they try to represent; and, second, it allows a movement to spread through the impersonal ties of the media and the internet or through the weak ties of a brokerage chain, rather than depending on the more intense but narrower ties typical of relational diffusion*".

externalização através de política de informação é a única via para diversos grupos de ativistas (TARROW, 2005).

O processo de transmissão por informação de Tarrow (2005) é semelhante ao efeito bumerangue de Keck e Sikkink (1998). Nele, ativistas domésticos que não conseguem resolver sua questão diretamente com seu Estado procuram aliados externos para fazer pressão sobre seu governo, e assim mudar sua posição. Tarrow (2005) ressalta que esta via depende de que os ativistas consigam achar atores externos simpáticos a sua causa e dispostos a pressionar o Estado.

A via de acesso institucional depende de que a organização internacional que os ativistas escolheram como espaço tenha a autoridade de receber reivindicações de ativistas sobre uma questão doméstica e transformá-la em normas obrigatórias. Tarrow (2005) ressalta que a via institucional tende a cooptação da questão, que deixa de ser coordenada por ativistas familiarizados com ela para ser administrada por funcionários e representantes da organização, distantes e nem sempre informados (ou interessados) em resolver o problema. Logo, para evitar cooptação os ativistas devem associar a via institucional com ação direta.

A via de ação direta de externalização apresentada por Tarrow (2005) é assemelha-se à política de responsabilização nos moldes definidos por Keck e Sikkink (1998). A via direta, assim como a política de responsabilização, consiste em monitorar se os Estados, organizações internacionais ou atores não estatais cumprem os compromissos assumidos com grupos de ativistas; e em pressionar para que isso ocorra, ao divulgar nacional e internacionalmente se o ator-alvo cumpre seus compromissos, constringendo-o caso não cumpra.

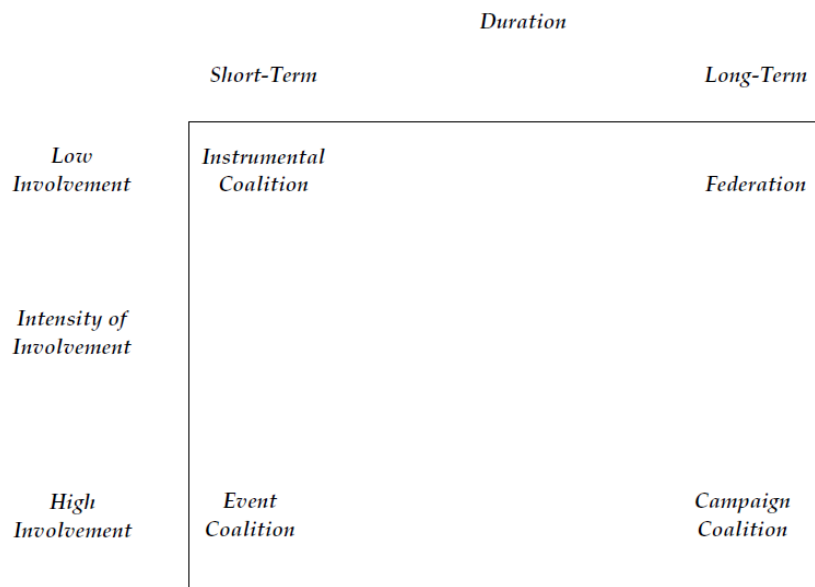
Tarrow (2005) argumenta que o processo de externalização leva à criação de coalizões, mas depende do esforço de ativistas em as estabelecerem. Coalizões são arranjos colaborativos com um objetivo comum que permite que grupos de ativistas juntem seus recursos em ordem de efetuar mudanças. Os motivos para a sua criação são muitos, mas geralmente são a combinação das ameaças que os ativistas enfrentam separadamente com oportunidades que surgem com a coalizão.

Porém, não se pode esquecer que formar e manter uma coalizão também envolve custos. Para estabelecer uma coalizão os grupos de ativistas precisam estabelecer um

enquadramento global da questão, que tende a torná-la ampla, o que pode fazer com que ativistas dentro da coalizão não se sintam representados. Além disso, dentro de uma coalizão os grupos têm diferentes graus de influência, o que pode os levar a competir entre si ao invés de cooperar; e alguns grupos podem acabar arcando com maiores custos ou ganhando maiores benefícios dentro de uma coalizão, o que gera tensões entre seus membros (TARROW, 2005).

Tarrow (2005) afirma que existem quatro tipos de coalizões, definidos pelo grau de cooperação e por sua duração, variando de longa a curta duração, com alto ou baixo grau de envolvimento dos grupos de ativistas: coalizão instrumental, coalizão de evento, federação e coalizão de campanha (Figura 3).

Figura 3 Tipologia das Coalizões Transnacionais



Fonte: Tarrow, 2005, página 167

Coalizão instrumental é a combinação de curta duração e baixo grau de envolvimento dos grupos que a compõem. Ela é formada quando grupos de ativistas se unem devido a uma conjuntura específica, mas logo depois se afastam ou mantêm apenas laços formais, de modo que a razão para terem cooperado é resolvida ou perde relevância, já que não possuem uma identidade coletiva.

Coalizão de evento, por sua vez, é a combinação de curta duração com alto grau de envolvimento. Esta forma de coalizão tende a se formar para protestar contra eventos internacionais e com isto consegue juntar diversos grupos de ativistas em torno de um único

objetivo, criando uma identidade coletiva, mesmo que momentânea (TARROW, 2005). O autor ressalta que, enquanto na coalizão instrumental falta uma base que vá além da conjuntura para manter a coalizão após o fim da sua motivação, a coalizão de eventos depende da realização de eventos internacionais, logo suas oportunidades são limitadas pela política internacional.

As duas coalizões apresentadas acima são de curto prazo. Porém, através de esforço e organização - quando associados com recursos e oportunidades - é possível criar coalizões de longo prazo através do processo de institucionalização. De acordo com a teoria proposta por Tarrow (2005), existem dois tipos possíveis de coalizões de longo prazo: federação e campanha. A federação é quando grupos domésticos são coordenados ou financiados por atores internacionais com amplos objetivos. Pode-se imaginar neste caso uma organização internacional, com um objetivo amplo, firma acordos com grupos de ativistas domésticos para que esses ajam sobre questões específicas referentes ao objetivo geral da organização. Esta faz acordos com grupos de ativistas domésticos de vários países e coordena sua ação. Logo, esses grupos agem em longo prazo, mas com grau de envolvimento baixo, já que se relacionam através da organização (TARROW, 2005).

Em contrapartida, a coalizão de campanha é criada em torno de uma questão central complexa (que não será solucionada em curto prazo), porém específica, e desenvolve um alto grau de envolvimento entre os grupos de ativistas, já que são eles próprios que coordenam a ação de forma coletiva. Além disso, por conta da questão central complexa, que só pode ser resolvida no longo prazo, os grupos de ativistas interagem entre si por um longo espaço de tempo, construindo laços de confiança (TARROW, 2005).

Nesta seção procura-se apresentar os seis processos de contestação transnacional propostos por Sidney Tarrow (2005), divididos em três blocos: global no local, processos de transição e local no global. Na próxima seção será focada nos mecanismos das redes de ativistas transnacionais desenvolvidos por Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998).

2.3. Funcionamento e mecanismos das redes de ativistas transnacionais

Segundo Keck e Sikkink (1998), redes de ativistas transnacionais não têm poder no sentido tradicional das relações internacionais -poder militar ou econômico. Elas se baseiam em sua capacidade de articular informações, ideias e estratégias para modificar a norma -

como os atores enxergam a situação e a sua própria identidade (seus interesses, valores, ideais) - e, conseqüentemente, como o ator irá se comportar. As estratégias à disposição da rede envolvem persuasão e socialização, e podem ser condensadas em seis: política da informação, política simbólica, política de influência (*leverage politics*), política de responsabilização (*accountability politics*), construção de alinhamento (*frame alignment*) e construção de ressonância (*frame resonance*).

A primeira, política de informação, depende da habilidade da rede de ativistas transnacionais de gerar rapidamente informações confiáveis que possam ser utilizadas politicamente, e levá-las para onde terão maior impacto. Segundo Keck e Sikkink, a rede utiliza a política desta forma:

Eles [ativistas dentro de redes] proveem informações que de outra forma não estariam disponíveis, de fontes que de outra forma provavelmente não seriam ouvidas, e eles precisam tornar essa informação compreensível e útil para ativistas e público que estejam geograficamente e/ou socialmente distantes (KECK, SIKKINK, 1998, p. 18, tradução nossa).¹⁵

Como se pode perceber na citação acima, a política de informação dá relevância a atores não estatais, já que esses podem ser fontes alternativas de informação, através de seus testemunhos dos fatos. Um exemplo de política de informação é a *Indymedia*, criada durante a Batalha de Seattle em 1998, que tornou possível que qualquer indivíduo com acesso à internet compartilhasse a sua experiência, que geralmente contrasta com a versão oficial de empresas e representantes governamentais.

A política simbólica corresponde à capacidade das redes de ativistas transnacionais de utilizar símbolos, ações ou fatos históricos para explicar uma situação a uma população que muitas vezes está distante da questão. A estratégia consiste em moldar a questão oferecendo símbolos, que por sua vez ajudam a propagar a mensagem da rede. Segundo Keck e Sikkink (1998), interpretação simbólica é uma parte importante do processo de persuasão pelos quais as redes conseguem mais membros.

Ativistas estão sempre preocupados com a eficácia de sua campanha, sendo esta a lógica da política de influência, já que para conseguir realizar as mudanças de norma

¹⁵Tradução nossa de: “*They provide information that would not otherwise be available, from sources that might not otherwise be heard, and they must make this information comprehensible and useful to activists and publics who may be geographically and/or socially distant*”.

desejadas é necessário influenciar atores mais poderosos em cooperar. Influenciar é possível porque os diversos atores de uma rede de ativistas transnacionais estão ao mesmo tempo ajudando a definir a questão, convencendo o público que o problema (assim definido) tem solução, apresentando essas soluções e monitorando a sua implementação (KECK; SIKKINK, 1998).

Segundo Keck e Sikkink (1998), a política da influência pode ser exercida de duas formas: a política de influência material (*material leverage*) e a política de influência moral (*moral leverage*). A primeira consiste em demonstrar como adotar a mudança de norma proposta pelos ativistas representa vantagens materiais (geralmente ganhos monetários ou comerciais). A segunda funciona como o que as autoras chamam de “mobilização da culpa” (*mobilization of shame*). Mobilização da culpa subtende que nenhum ator quer ser visto como mau, logo mudará sua posição para evitar ser visto desta forma, caso ativistas consigam, através do uso estratégico de informações, fazer com que o público em geral tenha uma visão negativa do ator.

Para que a política de influência seja eficaz é necessário utilizar política de informação e simbólica antes, para levantar a questão. Depois que a questão foi estabelecida, ativistas podem utilizar a política de influência para estabelecer ligações entre a mudança de posição e algum benefício para o ator-alvo, seja este monetário, comercial (influência material) ou em prestígio (influência moral).

A política de responsabilização é o esforço de fazer atores poderosos assumirem responsabilidade por sua política, princípios e ações. Ou seja, esta política consiste em fazer com que o discurso e a prática do ator sejam correspondentes. Para isso, ativistas acompanham a relação discurso/ação do ator-alvo e chamam atenção do público quando não são correspondentes, o que gera embaraço político para tal ator, o que o influencia a cumprir sua palavra. A política de responsabilização varia caso a caso, dependendo das estruturas internas de responsabilização e dos diversos atores envolvidos. Por exemplo, a estrutura de responsabilização de uma companhia transnacional é diferente da estrutura de um Estado. Ademais, existem variações na estrutura entre diversas companhias e entre os Estados.

A quinta e sexta estratégias, construção de alinhamento e construção de ressonância foram definidas por David Snow (1986). A primeira consiste em dar significado para algum evento, para assim estruturar a ação, seja ela individual ou coletiva; a segunda é a relação

entre a interpretação do movimento e sua habilidade de influenciar a interpretação do público. Segundo Keck e Sikkink (1998), o esforço das redes de ativistas transnacionais para encontrar formas alternativas de incluir novas questões na agenda é constante; os ativistas estão sempre preocupados em inovar sua forma de interpretar as questões para lançar novas ou repaginar as antigas. As autoras ressaltam que a interpretação de uma questão e a ação da rede podem influenciar na mudança do entendimento do ator-alvo sobre seus interesses e sua identidade, como pode ser visto no exemplo oferecido no livro:

Nos anos de 1970 e 1980 muitos Estados decidiram pela primeira vez que a promoção dos direitos humanos em outros países era um objetivo apropriado de política externa e uma expressão autêntica do interesse nacional. Essa decisão foi em parte fruto da interação [dos Estados] com uma emergente rede global de direitos humanos. Nós argumentamos que isto não representa a vitória da moral sobre o interesse, mas uma transformação do entendimento de interesse nacional, possível em parte por conta da estrutura de interação entre Estado e redes. Esta modificação do entendimento não pode ser somente explicada pela mudança nas condições globais e econômicas, por mais que estas sejam relevantes (KECK, SIKKINK, 1997, p. 17-18, tradução nossa)¹⁶

A citação acima reflete o objetivo das redes de ativistas transnacionais de mudança de norma, transformando as expectativas coletivas de comportamento apropriado de determinado ator segundo a sua identidade. Logo, o objetivo não é promover a solidariedade, ocasionalmente “comover” um ator a fazer algo contrário ao seu interesse, mas transformar como o ator percebe a sua identidade, e conseqüentemente qual é o comportamento apropriado à questão.

2.3.1. Quando uma rede funciona

De acordo com Keck e Sikkink (1998), a rede de ativistas transnacionais chama a atenção quando:

suas questões ressoam com ideias existentes e ideologias. Para motivar ação, entretanto, redes de ativistas precisam também inovar, identificando uma questão social particular como problemática, atribuindo culpa, propondo uma

¹⁶Tradução nossa de: “*In the 1970s and 1980s many states decided for the first time that promotion of human rights in other countries was a legitimate foreign policy goal and an authentic expression of national interest. This decision came in part from interaction with an emerging global human rights network. We argue that this represents not the victory of morality over self-interest, but a transformed understanding of national interest, possible in part because of structured interactions between state components and networks. This changed understanding cannot be derived solely from changing global and economic conditions, although these are relevant*”.

solução, e provendo uma lógica para ação, ou por fazer novas conexões dentro do valores já acordados (KECK, SIKKINK, 1998, p. 201, tradução nossa)¹⁷.

Como já explicado anteriormente, as redes de ativistas transnacionais procuram estabelecer e utilizar sua influência para mudar o comportamento dos atores e sua forma de avaliar a questão. Redes conseguem influenciar políticas em diversos níveis e definir a questão, convencendo *policymakers* e público que a questão é solucionável, prescrevendo soluções e monitorando implementação. Segundo Keck e Sikkink (1998), existem cinco estágios nos quais as redes podem exercer influência:

1. Criação da questão e elaboração da agenda,
2. Encorajamento de compromissos discursivos por parte dos atores-alvo (Estados, organizações internacionais e atores não estatais),
3. Causando mudanças procedimentais institucionais relevantes para a questão nos níveis domésticos e internacionais,
4. Influência na mudança política de atores-alvo,
5. Influência no comportamento de atores-alvo.

Estes passos foram estabelecidos por Keck e Sikkink (1998) ao estudar o funcionamento de diversas redes de ativistas, mas não necessariamente toda rede usará todos os passos, ou na ordem apresentada. Porém, as autoras defendem que esta é a ordem mais lógica, já que a partir do momento que um ator-alvo muda a sua posição discursiva, ele fica mais vulnerável à ação da rede, já que isto geralmente representa algum tipo de compromisso, que abre espaço a política de responsabilização, que por sua vez influencia na mudança política e comportamental do ator-alvo.

Para entender quando uma rede de ativistas transnacionais é eficaz, ou não, e como pode afetar o resultado político, Keck e Sikkink (1998) acreditam que é necessário avaliar as características da questão e do ator. Logo, a eficácia de uma rede pode ser avaliada a partir da análise de três variáveis: ressonância da questão, densidade da rede e vulnerabilidade do ator-alvo.

¹⁷Tradução nossa de: “*Activists capture attention where their issues resonate with existing ideas and ideologies. To motivate action, however, network activists must also innovate, by identifying particular social issues as problematic, attributing blame, proposing a solution, and providing a rationale for action, or by making new connections within accepted value frames*”.

A variável referente à característica da questão é a sua ressonância, ou seja, o quanto de importância à questão é dada na agenda doméstica e internacional. Em sua pesquisa, Keck e Sikkink (1998) descobriram que questões de “certo e errado” são mais fáceis de recrutar voluntários e catalisar solidariedade. Existe, também, a necessidade de estabelecer um culpado – que teve intenção de fazer algo “errado” conscientemente – em uma relação simples. Por exemplo, uma rede contrária à violência doméstica teria maior ressonância do que uma contrária à sociedade patriarcal; na primeira se estabelece uma relação simples de culpabilidade (é mais fácil explicar porque é errado um cônjuge agredir o outro), ao passo que a segunda depende de uma explicação não tão direta para estabelecer culpa em vista de a sociedade patriarcal se tratar de uma questão estrutural (convencer que “cantadas” na rua são opressivas - e então erradas - não é uma relação tão direta quanto condenar violência doméstica).

Keck e Sikkink (1998) apontaram dois tipos diferentes de questões que usualmente conseguem maior ressonância: danos físicos a indivíduos inocentes – principalmente se veiculados por meio de uma história simples e curta estabelecendo responsabilidade; e questões envolvendo igualdade de oportunidade segundo a lei.

Para avaliar a eficácia da rede segundo as características do ator, Keck e Sikkink (1998) fazem um paralelo com a avaliação da eficácia de sanções, pois assim como essas as redes devem ser analisadas a partir das características do ator-alvo e do emissor. Assim, as variáveis relacionadas à característica do ator são densidade da rede e vulnerabilidade do ator-alvo. Para uma rede ser bem sucedida as duas variáveis devem estar casadas. Ativistas capazes de vincular informações estrategicamente devem associar-se uns aos outros, construindo uma rede o mais densa possível, com forte conexão entre grupos e fluxo de informações confiáveis, para assim aumentarem a sua capacidade de persuasão e influência, tornando os atores-alvo mais vulneráveis.

Vale ressaltar que as autoras (1998) consideram a estrutura doméstica importante para definir se redes de ativistas transnacionais serão eficazes, já que seriam elas as mediadoras das interações transnacionais e onde surgem as estruturas de oportunidade, importantes para entender o surgimento e a eficácia dos movimentos de contestação. Entretanto, a estrutura doméstica não é o único elemento definidor, uma vez que só a análise do contexto doméstico não explicaria o motivo de duas redes parecidas na mesma estrutura doméstica terem resultados distintos. Por conta disto as autoras utilizam também as características da questão e

do ator. Além disso, uma análise da estrutura doméstica pode ajudar a rede a encontrar aliados ou perceber inimigos; por exemplo, a rede pode aproveitar a rivalidade política entre o governo e a oposição para promover a sua questão.

2.4. Considerações Finais

O objetivo do primeiro capítulo foi apresentar a teoria de ativistas transnacionais de Sidney Tarrow e Margaret Keck e Kathryn Sikkink que será utilizada como base teórica na elaboração desta monografia. Primeiro foi focado nos conceitos gerais dos dois autores, para demonstrar a sua visão das relações internacionais, abordando conceitos como internacionalismo, sociedade global e o papel dos Estados em sua teoria.

Em um segundo momento, foram apresentados os conceitos específicos de ativismo transnacional dos três autores, que serão utilizados na parte analítica do segundo - no qual será desenvolvido o desastre de Bhopal e sua rede de ativistas transnacionais - e terceiro capítulo - no qual será desenvolvido o método de *culture jamming* e a ação do grupo *The Yes Men* de 2004 sobre o desastre de Bhopal. Entre esses conceitos, será dado principal destaque as características da questão e do ator de Keck e Sikkink (1998) e ao conceito de difusão de Tarrow (2005).

3. Capítulo 2: Desastre de Bhopal : contexto, repercussões e o papel dos ativistas

O desastre de Bhopal¹⁸ é conhecido como o maior desastre industrial da história. Ocorreu na madrugada do dia 2 para o dia 3 de dezembro de 1984, quando vazaram 24 toneladas cúbicas de isocianato de metilo (MIC), um gás altamente tóxico, que era utilizado na produção de pesticida *Sevin* na fábrica *Union Carbide India Limited* (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014).

Existe uma grande contestação em torno do número de mortos e afetados pelo desastre, notando-se enorme discrepância de dados oferecidos pelo governo indiano, por representantes da *Union Carbide Corporation* e por ativistas. Por exemplo, a Anistia Internacional (2014) estima que aproximadamente 10 mil pessoas morreram nas 72 horas após o desastre, ao passo que a estimativa da *Union Carbide Corporation* é de 3 mil pessoas.

O objetivo deste capítulo é contextualizar o desastre de Bhopal, apresentar suas repercussões e analisar o ativismo ligado à questão. Em linhas gerais este capítulo é dividido em dois: a apresentação dos dados e sua análise. A primeira seção, apresenta o desastre de Bhopal, desde a trajetória do desenvolvimento indiano até os movimentos de contestação atuais, utilizando a metodologia de análise e contraste das narrativas, principalmente as da empresa *Union Carbide Corporation* e *Dow Chemicals Company* com a dos ativistas em defesa aos sobreviventes de Bhopal. Na segunda seção, compara-se as informações apresentadas na primeira seção com a teoria de ativismo transnacional.

3.1. Contextualização e análise do contexto do desastre na trajetória do modelo de desenvolvimento indiano

Analistas situam acidente de Bhopal no contexto econômico e político internacional e indiano da época; para entendê-lo, referenciam duas políticas econômicas que levaram à criação da *Union Carbide India Limited*: o processo de *offshoring* (DHARA, 2000); e a política indiana pós-independência (MOONEY, 2002).

¹⁸ De acordo com Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR, 2015), desastre é toda interrupção do funcionamento de uma comunidade causando perdas e impactos humanos, materiais, econômicos e ambientais que tal comunidade não consegue lidar com seus próprios recursos.

Ramana Dhara (2000) insere a criação de uma filial da empresa americana *Union Carbide Corporation* em Bhopal no contexto do movimento de *offshoring*. Segundo Grossman e Rossi-Hansberg (2006), *offshoring* é quando qualquer etapa da produção de um produto é realizada em um país diferente do qual encontra-se a matriz da empresa. Esses autores acreditam que as evoluções no transporte e nas telecomunicações tornaram possível descentralizar a produção, possibilitando que empresas não só aproveitem custos mais baixos de produção e melhores condições (isenção de impostos, legislações mais brandas, menos envolvimento da sociedade civil), como também produzir mais perto do mercado consumidor, reduzindo os custos de exportação.

Dhara (2000) ressalta o aumento da preocupação, a partir dos anos 70, em Estados ocidentais desenvolvidos, com o meio-ambiente, saúde e proteção ao consumidor como um dos principais motivos para levar a produção de países desenvolvidos para os em desenvolvimento. Por conta de tal preocupação, os governos de países desenvolvidos passaram a exercer um maior controle e intervenção na produção das indústrias em seu território.

Dhara (2000) interpreta a criação da *Union Carbide India Limited* neste contexto. Ao transferir parte de sua produção para um país em desenvolvimento, a empresa americana procurava não só diminuir os custos de produção, como também levar sua indústria para uma região na qual a preocupação com possíveis efeitos negativos à saúde e ao meio-ambiente não fosse tão predominante.

Já Brian Mooney (2002) tira o Estado indiano da passividade da explicação proposta por Dhara (2000). Segundo ele, não foi simplesmente a empresa de um país desenvolvido que escolheu se mudar para Índia, mas foram condições da política doméstica indiana que levaram o Estado a trazer uma empresa estrangeira para seu território.

Juliana Burali (2012) apresenta que desde a sua independência, em 1947, até a década de 90, a Índia teve uma sucessão de governos das famílias Nehru e Gandhi, que seguiam um modelo de desenvolvimento fechado. Em tal modelo, o Estado busca se desenvolver internamente, evitando interações econômicas com outros Estados quando possível, o que era condizente com o conceito de autossuficiência econômica de Mahatma Gandhi. Na prática, isto significa que o Estado indiano priorizava a produção interna, investindo em empresas

nacionais, geralmente estatais, e restringindo ação de empresas estrangeiras (estabelecimento de empresas, investimentos estrangeiros e remessa de lucros, por exemplo).

Além disso, o Primeiro Ministro pós independência, Jawaharlal Nehru, apresentou em 1948 a ideia da utilização de Planos Quinquenais de Desenvolvimento baseados no modelo socialista. Nehru possuía uma visão antiliberal, já que acreditava que o liberalismo econômico seria prejudicial para o desenvolvimento da Índia. Além dos Planos Quinquenais, Nehru adotou a política de substituição de importações (BURALI, 2012).

Devido às políticas apresentadas acima, a Índia tornou-se uma economia fechada com grande intervenção do Estado na economia (já que era ele que planejava o desenvolvimento econômico), que somada com políticas antiliberais - como substituição de importações e restrição de investimentos estrangeiros - e com aspirações socialistas, dificultou o acesso indiano a financiamento externo e a tecnologias, processos e matérias-primas estrangeiros (BURALI, 2012).

Em 1960 a situação mudou com a Revolução Verde, promovida pelos Estados Unidos e pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de mudar a estrutura agrícola em países em desenvolvimento, tornando-os mais produtivos e combatendo a fome. A estratégia da Revolução Verde baseou-se no investimento em novas tecnologias agrárias como mecanização, agrotóxicos, fertilização do solo e desenvolvimento de pesquisa em sementes (COSTA, 2015).

Na Índia, o programa de revolução agrária foi introduzido no governo de Nehru, estabelecendo a agricultura como prioridade, e com isso tornando necessário o uso de fertilizantes, herbicidas e pesticidas em larga escala. Além de precisar de grandes quantidades desses insumos, a Índia não possuía a tecnologia necessária para a sua produção. O modo mais fácil de obtê-los seria por meio da importação, o que era impraticável com a política de autossuficiência indiana. O governo indiano, então, precisava encontrar alguma forma de conseguir a tecnologia e matérias-primas necessárias para produzi-los no seu próprio território. A solução encontrada foi se associar com a empresa americana *Union Carbide Corporation* para criar a *Union Carbide India Limited*, na qual 50,9% das ações pertenciam à empresa americana e os outros 49,1%, ao governo indiano (MOONEY, 2002).

Mooney (2002) aponta essa divisão praticamente igualitária das ações como um dos principais motivos para a dificuldade de se encontrar uma solução permanente no caso do acidente de Bhopal, já que nunca ficou claro de quem era a responsabilidade pelas falhas no sistema de segurança e no armazenamento inadequado do gás. O governo indiano argumentava que o desenho da planta veio da *Union Carbide Corporation* (UCC), e a empresa americana contra argumentava dizendo que o governo indiano alterou o desenho, logo a planta final não era a proposta pela companhia. Essa dificuldade de saber como as decisões foram tomadas pelos dois grandes acionistas fez que a discussão legal sobre a responsabilidade não envolvesse o desenho inseguro da planta.

3.1.2. Uma breve apresentação do desastre

Como já foi dito, o desastre de Bhopal ocorreu na capital do estado de Madhya Pradesh, na empresa de pesticidas *Union Carbide India Limited* (UCIL), do dia 2 para o dia 3 de dezembro de 1984. De acordo com Mooney (2002) o acidente ocorreu quando os mecanismos de segurança estavam sendo consertados, logo os três principais - um sistema de água pulverizada na tubulação, que falhou por pressão inadequada, uma torre de sucção que poderia ter coletado e queimado o gás e um sistema de lavagem de gás, que poderia ter neutralizado o gás com uma solução cáustica -que poderiam ter minimizado o desastre não estavam funcionando.

Porém, um dos principais motivos para o acidente foi a forma como o gás isocianato de metila (C_2H_3NO ou MIC) estava sendo armazenado. Este gás, que é utilizado na produção do pesticida *Sevin*, é altamente tóxico, tornando-se letal ao reagir com a água. Na UCIL este gás estava sendo armazenado em cilindros gigantes de 56,7811768 litros no estado líquido, o que é extremamente perigoso.

No dia do acidente, enquanto funcionários realizavam a manutenção do sistema de segurança, começou a entrar água nas tubulações conectadas ao cilindro de MIC, até que a reação do gás com a água fez o cilindro romper, espalhando o gás pela região. Vale ressaltar que na época do acidente não se conheciam os efeitos do gás isocianato de metila no corpo humano, e a UCIL não tinha procedimentos de segurança para caso o gás entrasse em contato com funcionários, já que no processo de produção do pesticida *Sevin* não era previsto contato direto (MOONEY, 2002).

Segundo a Anistia Internacional (2014), existem indícios de que a UCC estava ciente de que a forma de armazenamento do gás MIC na UCIL, em enormes quantidades, não era segura, mas havia optado por continuar com o procedimento. A UCC também não possuía um plano de emergência para informar os moradores das redondezas sobre possíveis vazamentos, contrastando com a existência de planos de emergência para a indústria-irmã¹⁹ na West Virgínia, Estados Unidos.

Vale ressaltar que a fábrica era muito próxima de zonas habitacionais, já que os trabalhadores que construíram a fábrica, e os que vieram a trabalhar nela, formaram assentamentos em volta da mesma. Além disso, a população que vivia em torno da fábrica não foi informada sobre procedimentos de segurança, o que facilmente poderia ter salvado boa parte, devido à forma de propagação do gás. O gás MIC é um gás pesado, o que significa que tende a se concentrar próximo ao solo, ou seja, qualquer lugar mais elevado já estaria livre (ou em uma concentração muito baixa) do gás, como o segundo andar de uma casa ou em cima do telhado. Ademais, os moradores de Bhopal poderiam ter utilizado panos com água - tanto na frente da boca e nariz quanto tampando as frestas de portas e janelas - para diminuir a sua absorção do gás (MOONEY, 2002).

Porém, não foi isso o que ocorreu. Os habitantes do entorno da fábrica acordaram com a sirene de alerta, com olhos lacrimejando e sentindo um cheiro forte por conta do MIC, sem saber o que fazer ou entender o que era a sirene. Muitos correram em direção à fábrica, indo no sentido contrário do vento e diretamente de encontro ao gás (LIU, 2011).

Existem duas versões dos motivos que levaram ao acidente: a versão dos ativistas e a da UCC. Segundo a empresa, o que ocorreu foi sabotagem por parte de um funcionário descontente, e não por qualquer falha de segurança ou no desenho da fábrica (principalmente a forma que o MIC era armazenado). Entretanto, Sophia Liu (2011) ressalta que a UCC nunca divulgou de quem seria a autoria da sabotagem, já que para eles divulgar o nome do sabotador seria uma forma de puni-lo, uma vez que resultaria em constrangimento social, o que fugiria de suas capacidades como empresa privada. Já a UCC argumenta que o sabotador só não foi levado à Justiça porque o governo indiano prefere culpar a companhia pelo desastre do que

¹⁹A *Bayer Crop Science Plant in Institute*, em West Virgínia, Estados Unidos, é conhecida como a indústria-irmã da UCIL, pois ela era originalmente da UCC e serviu de base para a planta em Bhopal. Além disso, a indústria em West Virgínia também produz e armazena os mesmos produtos químicos, incluindo isocianato de metilo.

uma pessoa privada. Até hoje a empresa mantém um site com a sua versão dos fatos²⁰, que por sinal é o primeiro site que aparece quando se busca "Bhopal" no sistema de busca integrada *Google*²¹.

Entretanto, a visão dos ativistas é bastante divergente. Os dois principais grupos de ativistas, *The Bhopal Medical Appeal*, responsável pela criação da Clínica *Sambhavna Trust* que atende aos sobreviventes do desastre, e a *International Campaign for Justice in Bhopal* (ICJB), uma coalizão de grupos de ativistas em defesa aos sobreviventes do desastre de Bhopal, defendem que existe dois pontos principais que facilitaram ou potencializaram o desastre: falta de responsabilidade corporativa por parte da UCC e mais tarde da *Dow Chemical Company* (empresa que comprou a UCC em 2001) e governos e corporações cooperando entre si para proteger seus investimentos e interesses. Além disso, os dois grupos de ativistas entendem que as consequências do desastre continuam afetando a população por conta da incapacidade das Justiças estadunidense e indiana de promover compensações justas para os sobreviventes.

3.1.3. Breve apresentação das repercussões do desastre

Após mais de 30 anos desde o desastre, de acordo com os ativistas e sobreviventes de Bhopal a questão ainda não foi resolvida. Diferentemente, a *Dow Chemicals Company* e a Justiça norte-americana consideram que a questão foi resolvida desde 2010, quando oito executivos indianos foram condenados por homicídio culposo (sem intenção de matar) nos tribunais indianos (LIU, 2011).

Para condensar as análises sobre o que ocorreu nos 30 anos após o desastre, esta parte será subdividida em quatro: o acordo entre UCC e o governo indiano em 1999; a contaminação do ecossistema (conhecido como o "segundo desastre") e a difusa responsabilidade de resolvê-lo; o julgamento dos executivos indianos em 2010; e as manifestações de grupos de ativistas em defesa dos sobreviventes de Bhopal.

²⁰<http://bhopal.com>

²¹ A visão da UCC é o primeiro site, as dos dois principais grupos de ativistas por Bhopal, *Bhopal Medical Appeal* (<http://bhopal.org/>) e *International Campaign for Justice in Bhopal* (<http://www.bhopal.net/>) são o sétimo e o nono, respectivamente.

3.1.3.1. O acordo entre UCC e o governo indiano em 1999 e julgamento dos executivos indianos em 2010

De acordo com a Anistia Internacional (2014), logo após o acidente o governo indiano prestou queixa criminal contra a UCIL, a empresa matriz estadunidense UCC, o seu Diretor Executivo (CEO) Warren Anderson e oito funcionários indianos da UCIL. Warren Anderson chegou a ser preso no dia 7 de dezembro de 1984, quando foi a Bhopal. Porém, ele logo foi liberado com a condição de que retornaria à Índia para responder pelo crime de homicídio culposo. Anderson nunca retornou e faleceu em setembro de 2014, sem responder pela acusação.

Em março de 1985 o governo indiano criou o Ato sobre o Vazamento de Gás em Bhopal²², permitindo que o governo atuasse como representante legal de todos os afetados pelo desastre (LIU, 2011). Com isso, foi possível que no ano seguinte começasse um processo de negociação com a UCC e com a UCIL sobre um acordo de compensação. O governo inicialmente pediu US\$ 3,3 bilhões, mas acordou em US\$470 milhões no ano de 1989. Um dos motivos apontados por ativistas para a enorme diferença entre o valor inicial e final é a estimativa oficial do número de afetados pelo desastre, que seria muito baixa, não justificando uma compensação de US\$ 3,3 bilhões (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014).

Em 2010, a Corte indiana condenou a UCIL e sete executivos indianos por homicídio culposo (sem intenção de matar). Os setes entraram com recurso logo após a condenação e continuam em liberdade (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014). Em agosto de 2010 o Departamento de Estado dos Estados Unidos declarou que o caso de Bhopal estava legalmente encerrado (LIU, 2011).

3.1.3.2. O "segundo desastre" e a difusa responsabilidade de resolvê-lo

Uma das principais consequências do desastre de Bhopal, que ainda afeta a população, é o que ficou conhecido como o "segundo desastre". Desde que foi construída em 1964, a UCIL contaminava o solo e nascentes com produtos tóxicos, mas aponta-se o acidente em 1984 como um momento especial na contaminação do meio ambiente de Bhopal. Estima-se que ao redor de 25 mil bhopalinos utilizem água contaminada para beber, tomar banho, limpar

²²*Bhopal Gas Leak Act*, em inglês

alimentos. O "segundo desastre" são os problemas de saúde decorrentes da utilização desta água (LIU, 2011).

De acordo com pesquisadores do *Greenpeace*,

Muitas das pessoas que vivem perto da planta da UCIL dependem, se não completamente ou menos parcialmente, da água de poços que vem dos recursos hídricos subterrâneos. Amostras desses poços exibem níveis extremos de contaminação, com a concentração máxima muito acima do máximo aceitado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para água bebível. A contaminação é principalmente de solventes clorados (Labunskae et al. 1999) conhecidos por terem sido utilizados pela Union Carbide (Behl et al. 1978) no processo produtivo nesta planta (STRINGER; JOHNSTON, 2002, tradução nossa)²³

A organização de ativistas *The Bhopal Medical Appeal* montou um hospital que trata exclusivamente de sobreviventes e afetados pelo desastre, e segundo eles os principais problemas de saúde são problemas respiratórios, problemas de visão e no aparelho reprodutor feminino²⁴.

Mesmo antes do desastre de Bhopal, a UCIL já era acusada de contaminar o meio-ambiente, despejando resíduos químicos no solo ou rios, sendo obrigada a limpá-los em alguns casos específicos (MOONEY, 2001). Desde o desastre, mudaram várias vezes o responsável pela limpeza da planta da indústria. Foi realizada a princípio pela UCIL, sob direção do governo indiano. Em 1994 as ações da empresa foram vendidas, tornando-se a *Eveready Industries India Limited*, que assumiu o controle da limpeza. Em 1998, o governo do estado indiano de Madhya Pradesh, cuja capital é Bhopal, tomou posse da terra na qual a planta da indústria foi construída e, segundo a UCC, conseqüentemente assumiu a responsabilidade pela limpeza (LIU, 2011).

No ano de 2001, *Dow Chemicals Company* comprou a UCC, o que para os ativistas significa que deveria ser responsabilizada pela limpeza da planta da fábrica. Porém,

²³Tradução nossa de: "Many thousands of people living close to the UCIL site are dependent for most if not all their water from wells tapping the groundwater resources. Samples from these wells exhibited extreme contamination, with maximum concentrations hundreds to thousands of times higher than the World Health Organisation (WHO) standards for drinking water. Contaminants are primarily chlorinated solvents (Labunskae et al. 1999) known to be used by Union Carbide in the production processes at the site" (STRINGER; JOHNSTON, 2002).

²⁴ Faltam estudos para confirmar a relação entre o meio-ambiente contaminado pelo desastre e problemas no aparelho reprodutor feminino, mas *Bhopal Medical Appeal* e outras entidades, como Anistia Internacional, apontam que o número de abortos espontâneos, natimortos ou bebês com problemas graves de saúde aumentou consideravelmente depois do desastre.

representantes da *Dow* e da UCC discordam, já que segundo eles não só a UCC não tinha mais controle, ou responsabilidade, pela fábrica desde 1994, quando venderam a UCIL, como também interpretam a tomada da posse da terra em 1998 como o governo indiano assumindo a responsabilidade, sendo ambos os momentos anteriores à compra da UCC. Além disso, as empresas argumentam que o governo indiano tem repetido publicamente que a contaminação do meio-ambiente da região não tem relação com o desastre, logo não faz sentido que sejam responsabilizados (LIU, 2011).

Atualmente, a limpeza do ecossistema da região é de responsabilidade do governo indiano, que reconhece que este o ecossistema está contaminado, mas afirma que não resulta do desastre de Bhopal, faltando pesquisas científicas necessárias para saber o quão contaminado ou o porquê. No começo de 2015 o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) ofereceu ao governo indiano realizar uma análise do ecossistema da região, mas em setembro o governo negou a ajuda, alegando que já possuía planos para lidar com a situação. Os ativistas, especialmente grupos como *Bhopal Medical Appeal* e ICJB, urgem o governo a mudar de posição, alegando que o plano oficial seria apenas mudar os resíduos tóxicos de Bhopal para outro lugar, o que poderia contaminar outra localidade, bem como os trabalhadores que realizariam este processo. A pesquisa do PNUMA, na visão dos ativistas, seria o primeiro passo necessário para resolver efetivamente o problema do "segundo desastre" (ICJB, 2015).

3.1.3.3. Manifestações de grupos de ativistas em defesa dos sobreviventes de Bhopal

Nos 30 anos após o desastre, muitas formas diferentes de manifestação foram utilizadas pelos ativistas: passeatas, greve de fome, fechamento de ruas e queima de bonecos representando executivos da UCC ou *Dow* (Warren Anderson, por exemplo), entre outras. Liu (2011) ressalta que os ativistas estão cada vez mais utilizando redes sociais como espaços de protesto ou propagação da causa. A autora dá destaque especial para o *Facebook* e *Flickr*. No primeiro, ativistas criaram grupos de sobreviventes para compartilhar suas histórias, manter a memória do desastre, compartilhar *links* de reportagens, postagens de blogs ou artigos científicos, aumentando o alcance dos mesmos, e organizar protestos e eventos ao redor do mundo. A segunda rede social, *Flickr*, site e aplicativo para compartilhamento de imagens, tem sido utilizado pelos ativistas de Bhopal para campanhas visuais, compartilhando fotos de crianças e mulheres afetadas pelo desastre, pilhagem dos mortos nos primeiros três dias pós desastre e comparações da cidade antes e depois do acidente (LIU, 2011).

Liu (2011) ressalta que, por mais que as redes sociais estejam sendo úteis para propagar a mensagem dos ativistas, não se pode esquecer do esforço fundamental das "mulheres, crianças e pobres de Bhopal" que são os principais ativistas, atuando diretamente contra o governo indiano. A principal vitória recente, o compromisso do governo indiano de rever o número de mortos e enviar os dados coletados para o Supremo Tribunal em 2014, teria sido possível graças ao protesto de cinco mulheres sobreviventes de Bhopal, que realizaram greve de fome (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014).

O quadro 2 a seguir faz um breve resumo dos 30 anos de repercussões do desastre, para o seu melhor entendimento:

Quadro 2 - Principais datas e acontecimentos do desastre de Bhopal	
2-3 Dezembro de 1984	Gás tóxico vaza da fábrica de pesticida da UCIL
3 Dezembro de 1984	Acusações legais são feitas contra a UCIL, UCC, Warren Anderson CEO, e oito funcionários indianos da UCIL
7 Dezembro de 1984	Warren Anderson é preso; liberado três horas mais tarde
1986	O governo da Índia exige que a <i>Union Carbide</i> pague US\$3.3 bilhões em compensação
1989	O governo da Índia concorda em receber US\$470 milhões em compensação
1992	O tribunal indiano declara Warren Anderson e UCC "fugitivos da justiça"
1994	A UCC vende as ações da UCIL e deixa o mercado indiano
1996	O <i>Sambhavna Trust</i> , que oferece uma clínica gratuita para os sobreviventes, é fundada por ativistas
2001	A <i>Dow</i> adquire propriedade completa da UCC
Maior de 2004	O Supremo Tribunal da Índia exige que água potável seja fornecida as comunidades afetadas pela contaminação da fábrica da UCC. Nada acontece. Começam os protestos.
Janeiro de 2005	Após pedidos de ativistas, o tribunal indiano expede carta de convocação à <i>Dow</i> , exigindo uma explicação da empresa do porquê ela não pediu a UCC para se apresentar mediante as acusações criminais. Ordens foram arquivadas por oito anos pelo tribunal a pedido da <i>Dow</i> .
2006	Sobreviventes e ativistas marcham 700km a pé até Deli, exigindo água potável. O Primeiro Ministro aceita. Nada mais acontece.
2009	Água potável chega a 14 comunidades. Após protestos, o acesso é estendido a mais oito comunidades em 2013.
Junho 2010	26 anos após as primeiras acusações criminais serem feitas, a UCIL e sete funcionários indianos são condenados. Os sete homens foram sentenciados a dois anos de cadeia e multados em US\$2,200. A UCIL foi multada em US\$11,000.
2010	O governo apresenta petição curativa a Suprema Corte para permitir a renegociação do acordo de compensação de 1989, mas os dados do

	governo sobre as mortes e danos ainda são muito baixos.
Julho 2013	O tribunal indiano rerepresenta a convocação a <i>Dow</i>
Setembro 2014	Warren Anderson, ex CEO da UCC, falece
Novembro 2014	Nove anos após a convocação inicial foi enviada, a <i>Dow</i> ainda falha em comparecer perante o tribunal na Índia
Novembro 2014	Após uma greve de fome realizada por 5 mulheres sobreviventes, o governo indiano declara que irá revisar os dados com os números de mortos e feridos no desastre. Os sobreviventes consideram isto uma grande vitória.
2-3 Dezembro 2014	30 anos desde o vazamento de gás; UCC ainda consegue evitar as acusações criminais, a limpeza da poluição ainda não foi feita, as comunidades locais continuam a sofrer os efeitos do vazamento e contaminação

Fonte: Elaboração própria com dados da Anistia Internacional (2014, p. 8)

3.2. Análise da rede de ativistas transnacionais em defesa aos sobreviventes de Bhopal

Para entender quando uma rede de ativistas transnacionais é eficaz, ou não, e como podem afetar o resultado político, Keck e Sikkink (1998) acreditam que é necessário avaliar as características da questão e do ator. Logo, o sucesso de uma rede pode ser dividido em três variáveis: ressonância da questão, densidade da rede e vulnerabilidade do ator-alvo.

A variável referente à característica da questão é a sua ressonância, ou seja, o quanto de importância à questão é dada na agenda doméstica e internacional. Como já foi explicado no primeiro capítulo desta monografia, Keck e Sikkink (1998) argumentam que questões de “certo e errado” são mais fáceis de recrutar voluntários e solidariedade. Existe, também, a necessidade de estabelecer um culpado – que teve intenção de fazer algo “errado” conscientemente – em uma relação simples.

As autoras Keck e Sikkink (1998) apontaram dois tipos diferentes de questões que usualmente conseguem maior ressonância. Esses são danos físicos a indivíduos inocentes – principalmente se acompanhado de uma história simples e curta estabelecendo responsabilidade – e questões envolvendo igualdade de oportunidade segundo a lei.

Na questão de Bhopal existem duas narrativas, as dos ativistas e a da *Dow/UCC*. Para os ativistas, o desastre ocorreu por conta do descaso da UCIL com os mecanismos de segurança, e os contínuos problemas, como o "segundo desastre", por falta de responsabilidade corporativa por parte da *Dow/UCC*. Já, na visão da empresa, o acidente ocorreu por sabotagem de um funcionário descontente.

Se compararmos as duas versões com a teoria de Keck e Sikkink, a versão da *Dow* a princípio tem maior ressonância. Nela, foi estabelecido em uma relação simples um culpado que teve intenção de causar danos, talvez não com o tamanho do impacto que foi o desastre, mas houve a intenção, uma decisão consciente. Já na versão dos ativistas, frequentemente faz-se referência à ganância de companhias irresponsáveis, com o enfoque na *Dow/UCC*, mas falando de todas como um todo, já que o problema é mais estrutural nesta visão, o que torna a relação não tão direta. Entretanto, ressalta-se que a companhia nunca revelou quem seria o sabotador, o que diminui a credibilidade da sua versão, reduzindo a sua ressonância.

Porém, ativistas em defesa aos sobreviventes de Bhopal também elencaram um culpado pelo desastre. Para eles, a figura de Warren Anderson, CEO da *Union Carbide Corporation* quando o desastre ocorreu, representa a irresponsabilidade e impunidade que associam com grandes empresas, conforme ilustrado nos cartazes abaixo (figura 4):

Figura 4 Warren Anderson procurado por homicídio



Fonte: *Eastern Sky Media*

Porém, Anderson morreu no ano de 2014, e os executivos indianos condenados em 2010. Isso não os isenta da possível culpa, mas torna a narrativa mais complexa. Não faz sentido protestar contra um homem morto, e é mais complexo convencer que indivíduos já condenados devem ser punidos novamente.

Este é o mesmo caso de um dos problemas que os ativistas encontram ao contestarem a *Dow*. Como Liu (2011) aponta, o Departamento de Estados dos Estados Unidos declarou em 2010 que legalmente o caso de Bhopal estava encerrado. Ativistas como Colin Toogood, do grupo *The Bhopal Medical Appeal*, afirma que o caso civil pode ter terminado, mas o problema da contaminação da água nunca foi respondido judicialmente. Porém, uma declaração como esta de um órgão estatal importante como o Departamento de Estados estadunidense dificulta a narrativa dos ativistas.

No decorrer de 30 anos de protestos, a narrativa e os objetivos da rede de ativistas evoluiu. Não só foram juntando novos apoiadores à causa, mas a forma de abordar a questão foi sendo modificada para ser mais efetiva. Como já foi citado anteriormente, a narrativa de culpabilidade dos ativistas é mais ampla do que a da *Dow/UCC*, mas isto não foi ao acaso. Ao criar o bordão "*No More Bhopals*" os ativistas procuravam definir a questão globalmente, aumentando o alcance de sua causa. Com ele, o problema não é restringido a Bhopal e à companhia que tinha o controle da planta aonde ocorreu o desastre, mas seria comum a qualquer lugar onde exista alguma planta na qual a irresponsabilidade e a ganância empresariais possam causar um desastre como o de Bhopal. O fotógrafo francês Micha Patault fez um ensaio fotográfico no qual tirou diversas fotos desses protestos, segue a figura 5 a mais famosa sobre o assunto:

Figura 5 No More Bhopals



Fonte: Micha Patault, 2009

Conforme os dados apresentados por Liu (2011), a campanha "*No More Bhopals*" parece estar conseguindo certa ressonância internacional. A autora conta que em 2010 a explosão da plataforma da *British Petroleum* (BP) foi comparada ao desastre de Bhopal nos meios de comunicação, por ambos serem exemplos de irresponsabilidade empresarial. Além disso, a resposta do governo norte-americano a ambos os casos foi vista como um exemplo de "dois pesos e duas medidas". Enquanto o presidente Barack Obama declara que a BP, uma empresa estrangeira, seria responsabilizada pelo acidente, a *Dow/UCC*, como empresas estrangeiras na Índia, constantemente escapam da responsabilidade, na visão dos ativistas²⁵.

Outro ponto que entra na abordagem mais contemporânea da questão pelos ativistas é o que chamam de "segundo desastre". Enquanto o primeiro desastre foi o vazamento do gás MIC da fábrica UCIL em 1984, o segundo é a contaminação do ecossistema, principalmente da água, apresentado como decorrente do primeiro desastre. Os ativistas argumentam que, por os resíduos químicos presentes no chão da fábrica e nos arredores não terem sido retirados devidamente, o número de vítimas do desastre continua aumentando.

Como já abordado nesse capítulo, a responsabilidade pela limpeza mudou de mãos várias vezes. Vale ressaltar que, na visão da *Dow*, quando compraram a UCC em 2001 esta já não era mais responsável pela limpeza por dois motivos. Primeiro, a planta da UCIL já havia sido vendida e não pertencia mais à UCC; e segundo, o próprio governo indiano havia tomado a planta para si, o que na visão da empresa inclui a responsabilidade pela limpeza do chão de fábrica e dos arredores.

Entretanto, o ponto fundamental referente ao "segundo desastre" é que, por mais que o governo indiano concorde que a região está contaminada com resíduos tóxicos, acredita que tal contaminação não é relacionada com o desastre de Bhopal. Com isso, a defesa da *Dow* é que ela não pode ser responsabilizada por algo que o próprio Estado indiano não acredita que aconteceu.

Em suma, a questão do desastre de Bhopal é complexa, com várias narrativas distintas, o que dificulta a sua ressonância. Também, é necessário lembrar que já fazem mais de 30 anos

²⁵Um exemplo dessa comparação é a reportagem "US nails BP for oil spil, ignores Bhopal" de Suhasini Halder, que pode ser vista neste link: <http://www.ibnlive.com/videos/india/us-bhopal-dbl-std-342042.html>

do desastre, o que traz uma distância muito grande entre ele e o público em geral. Porém, a rede de ativistas transnacional em defesa aos sobreviventes de Bhopal procura fazer a construção de alinhamento e ressonância propostas por Keck e Sikkink (1998), modificando a forma de apresentar a questão e assim lançá-la como algo novo, como na criação da questão do "segundo desastre" e "*No More Bhopals*".

Quão eficaz é a estratégia dos ativistas no caso de Bhopal? Como foi mencionado no Capítulo 1, para avaliar a eficácia da rede segundo as características do ator, Keck e Sikkink (1998) defendem que estas características sejam divididas em características do ator-alvo e do emissor. As variáveis relacionadas à característica do ator são densidade da rede e vulnerabilidade do ator-alvo. Para uma rede ser bem sucedida as duas variáveis têm que estar casadas. Ativistas capazes de vincular informações estrategicamente devem associar-se uns aos outros, construindo uma rede o mais densa possível, com forte conexão entre grupos e fluxo de informações confiáveis, para assim aumentarem a sua capacidade de persuasão e influência, tornando os atores-alvo mais vulneráveis.

Começa-se a análise dos atores pelos emissores, ou seja, a rede de ativistas transnacional em defesa aos sobreviventes de Bhopal. Ressalta-se que os ativistas tiveram 30 anos para se organizar e estabelecer relações e contatos, com isso, seus empreendedores políticos têm acumulado experiência nas últimas três décadas de contestação.

Existem dois grupos de maior destaque: *The Bhopal Medical Appeal* e a *International Campaign for Justice in Bhopal* (ICJB). Como o próprio nome diz, o segundo grupo é na verdade uma coalizão do tipo campanha (longa duração e alto grau de envolvimento) e reúne cinco grupos distintos: *Bhopal Gas Peedit Mahila Stationery Karmchari Sangh*, *Bhopal Gas Peedit Mahila Purush Sangharsh Morcha*, *Bhopal Gas Peedit Nirashrit Pension Bhogi Sangharsh Morcha*, *Bhopal Group for Information and Action* e *Children Against Dow-Carbide*.

Entre os cinco grupos que formam a ICJB, o *Bhopal Group for Information and Action* é o de maior destaque, principalmente por conta de seus empreendedores políticos, Satinath Sarangi e Rachna Dhingra. Sarangi é o atual diretor da Clínica *Sambhavna Trust*, e um dos seus membros fundadores, que trata os sobreviventes do desastre. Engenheiro metalúrgico por formação, ele foi a Bhopal no dia seguinte do desastre, pois acreditava que,

por conta de sua formação, podia ajudar em um primeiro momento. Sarangi acabou se envolvendo no movimento de contestação e permaneceu em Bhopal (ICJB, 2015).

Rachna Dhingra tinha apenas seis anos quando o desastre de Bhopal ocorreu, e só teve maior contato com a questão após se mudar para aos Estados Unidos para estudar na Universidade de Michigan. Foi na universidade que Dhingra teve maior contato com temas como desenvolvimento e questão de gênero, fazendo-a se interessar por movimentos de contestação. Ela começou a protestar contra a *Dow* ainda nos Estados Unidos, e em 2000 se mudaria para a Índia com o objetivo de ajudar no esforço local (ICJB, 2015). Em 2011 ela recebeu o prêmio *India Today Woman Awards*, concedido a mulheres que se destacam em posições de liderança (THE BHOPAL MEDICAL APPEAL, 2015).

Já *The Bhopal Medical Appeal* foi formada em 1994 no Reino Unido, com o objetivo de reunir fundos para abrir uma clínica para tratar os sobreviventes do desastre de Bhopal. Em 1996 a Clínica *Sambhavna Trust* foi aberta com os fundos coletados pelo grupo. A criação de *The Bhopal Medical Appeal* pode ser entendida, dentro da teoria de Tarrow (2005) como uma mudança de escala *upward*, já que além dos grupos de ativistas indianos, a questão dos sobreviventes de Bhopal passou a contar com a articulação de um grupo de origem britânica.

Atualmente o grupo faz contribuições regulares à Clínica *Sambhavna Trust* e ao Centro de Reabilitação *Chingari Trust* com o dinheiro angariado de doações. *The Bhopal Medical Appeal* procura de diversas formas conseguir doações, e consequentemente aumentar a conscientização sobre o tema. As principais seriam: doações pelo próprio *site* e as parcerias culturais que fazem, com artistas (existem vários shows/músicas nas quais os artistas fizeram parceria com o grupo), maratonas e a campanha "*Selfie Awareness: #WeAllLiveinBhopal*", na qual o grupo convida para tirarem *selfies* com a frase "*we all live in Bhopal*" (todos vivemos em Bhopal) para não só demonstrar apoio, mas também aumentar o alcance da mensagem. Além disso, é possível comprar no *site* do grupo uma camiseta com os dizeres, então a campanha também arrecada fundos.

O Centro de Reabilitação *Chingari Trust* funciona desde 2005 e atende mulheres e crianças afetadas pelo desastre. Segundo estimativas do *The Bhopal Medical Appeal* (2015), o Centro atende em torno de 400 crianças ao total, em média 250 vão diariamente receber tratamento na clínica. Desde 2009 o grupo passou a fazer doações ao Centro, além da Clínica.

Para desenvolver o ator-alvo e poder avaliar a sua vulnerabilidade, o mesmo será dividido em dois, a empresa *Dow/UCC* e o Estado indiano. Os dois são os principais alvos da rede de ativistas transnacionais em defesa aos sobreviventes de Bhopal.

Por vulnerabilidade, Keck e Sikkink (1999) querem em termos práticos analisar o quanto o ator-alvo é relacionado com a questão pelo público em geral. Quão mais relacionado, mais vulnerável é o ator, o que justifica a forma que as autoras desenvolvem as características da questão. Uma questão adquire ressonância ao contar uma história curta que estabeleça uma relação direta entre um problema e um indivíduo que causou dano intencionalmente, já que dessa forma, o "culpado" e a questão ficam mais próximos, aumentando a vulnerabilidade do primeiro.

Como já comentado anteriormente, *Dow Chemicals Company* comprou a *Union Carbide Corporation* em 2001, a companhia que era a acionista majoritária da planta na qual ocorreu o desastre em 1984. Para os ativistas, isto já é o suficiente para responsabilizar a *Dow* pelas compensações e eliminação dos resíduos químicos. A empresa não concorda, já que quando compraram a UCC esta já não era mais ligada à planta, como foi apresentado anteriormente neste capítulo ao falarmos sobre a responsabilidade da remoção do resíduos químicos.

Além de manterem a mesma versão da UCC, que uma sabotagem levou ao desastre, a *Dow* teve um cuidado a mais para manter sua distância da questão. A posição e explicação do desastre encontram-se em um site que leva o nome "*Union Carbide*" e não faz referência a *Dow*. O site em si enfoca-se na questão legal, defendendo que a companhia já cumpriu todas as suas obrigações legais tanto nos Estados Unidos como na Índia, e traz um grande conjunto de informações sobre o desastre, que chamam de tragédia, como se pode perceber abaixo:

O vazamento de gás de 1984 em Bhopal foi uma **terrível tragédia** que continua a **invocar fortes emoções** mesmo 30 anos depois. Logo após a **liberação do gás**, a UCC e seu diretor **Warren Anderson** trabalharam de forma diligente para promover assistência para as vítimas e agilizar o processo de compensação. Todas as reivindicações consequentes da liberação foram resolvidas em 1989 seguindo as deliberações e com a aprovação da Suprema Corte Indiana através de um acordo entre o governo da Índia e a UCC e UCIL. Em 1991, e **depois em 2007**, a Suprema Corte confirmou a imparcialidade e adequação do acordo em resposta as contestações de organizações não

governamentais (UNION CARBIDE CORPORATION, 2015, tradução e ênfase nossa)²⁶.

Pode-se notar na citação acima, a companhia procura se manter afastada da questão. O desastre de Bhopal é referido como tragédia, ao invés de desastre ou acidente. Segundo o dicionário Aurélio²⁷, somente o termo tragédia dá destaque as emoções despertadas ao invés do próprio acontecimento, o que é reforçado na mesma frase quando afirmam que o vazamento "continua a invocar fortes emoções" ao invés de debater se existe validade a reivindicação mais recente do "segundo desastre".

Além disso, defendem a responsabilidade corporativa da companhia ao procuram apresentar Warren Anderson como um executivo responsável e disposto a fazer compensações para reparar os danos causados e as políticas de segurança de produção (*Responsible Care*[®]) que adotaram após o desastre. Mas existe um ponto de responsabilidade corporativa que evitam, se o desenho da planta e sistema de segurança que existiam antes do desastre seguiam os padrões de responsabilidade, ao argumentar em que:

a UCC não desenhou, construiu ou operou na planta de Bhopal. E, mais importante, todas as decisões a respeito da planta e do seu design, construção e operação foram tomadas pela UCIL ou mandatadas pelo governo indiano através de políticas e diretrizes (UNION CARBIDE CORPORATION, 2015, tradução nossa)²⁸.

Ao associar as duas citações apresentadas, pode-se perceber o esforço da *Dow* para afastar-se do desastre -não só pela escolha de palavras e expressões, ou por não esclarecer que a contestação de 2007 envolvia também a *Dow*, e não só a UCC, mas ao apresentar a UCIL e o governo indiano como os responsáveis pelas decisões da planta, a *Dow* consegue se afastar da questão. Responsabilizar a UCIL e o governo indiano significa que ao vender a UCIL e

²⁶Tradução nossa de: *"The 1984 gas leak in Bhopal was a terrible tragedy that continues to evoke strong emotions even 30 years later. In the wake of the gas release, UCC and its then chairman-Warren Anderson worked diligently to provide aid to the victims and attempted to set up a process to resolve their claims. All claims arising out of the release were settled in 1989 at the explicit direction and with the approval of the Supreme Court of India by means of a settlement agreement between the Government of India and UCC and UCIL. In 1991, and again in 2007, the Supreme Court upheld the fairness and adequacy of the settlement in response to court challenges from non-governmental organizations"*.

²⁷ Tragédia: Acontecimento que desperta lástima ou horror; ocorrência funesta; sinistro.

Desastre: Acontecimento calamitoso, esp. o que ocorre de súbito e ocasionando grande dano ou prejuízo.

Acidente: **1** Acontecimento casual, fortuito, imprevisto, **2** Acontecimento infeliz, casual ou não, e de que resulta ferimento, dano, estrago, prejuízo, avaria, ruína, etc.; desastre

²⁸ Tradução nossa de: *"UCC did not design, construct or operate the Bhopal plant. And, most importantly, all of the decisions with respect to the plant and its design, construction, and operation were either made by UCIL or mandated by GOI policies and directives"*.

pagar as compensações, a UCC já não estaria envolvida com o desastre. Logo, a *Dow* comprou a UCC, que já não tinha nenhuma ligação com a planta de Bhopal, e consequentemente nenhuma responsabilidade.

Entretanto, considera-se importante ressaltar que, na visão dos ativistas, a planta de Bhopal no momento do acidente era parte da UCC através UCIL, o que a tornaria responsável pelo acidente, independentemente se era quem tomava as decisões pela planta ou não.

Além da *Dow*, os ativistas também têm o próprio Estado indiano como ator-alvo. Seguindo a lógica proposta por Tarrow (2005), isso ocorre porque o ponto mais eficaz de lidar com uma questão é no mais próximo possível, tanto que o autor ressalta a importância do ativismo doméstico. Para os ativistas, por mais que o desastre tenha ocorrido na planta de uma corporação internacional, foi o Estado indiano que concedeu as liberações e falhou em garantir a segurança da mesma. Além disso, a política de responsabilização proposta por Keck e Sikkink (1999) fica mais fácil de ser utilizada.

A política de responsabilização ocorre geralmente após a política de influência, e consiste em pressionar os Estados a manterem e a cumprirem compromissos assumidos. No caso, a Índia é um Estado democrático, o que implica em algumas responsabilidades, não só por princípio, mas também para evitar a política de influência moral que Keck e Sikkink (1999) chamaram de mobilização da culpa (*mobilization of shame*), evitando que o público, que inclui outros Estados e organizações internacionais, tenham uma visão negativa do governo indiano.

O ponto que deseja-se ressaltar é que a estrutura de responsabilização do governo indiano está muito mais próxima e acessível aos ativistas em Bhopal do que a estrutura de responsabilização da companhia americana *Dow Chemicals Company*, o que torna o Estado indiano um importante ator-alvo para a questão.

Além disso, de acordo com a teoria de Keck e Sikkink (1999), a cada vitória de uma rede de ativistas transnacionais, o ator-alvo afetado vai tornando-se progressivamente mais vulnerável. A explicação é que a cada pronunciamento e anúncio formal de compromisso, o ator-alvo abre espaço para a política de responsabilização. Ademais, laços entre os ativistas são formados a cada movimento de contestação.

As vitórias dos ativistas em defesa dos sobreviventes a Bhopal não são relevantes em relação à *Dow*, mas nos 30 anos de contestação os ativistas conseguiram várias vitórias com o governo indiano, como as do aniversário de 30 anos do acidente, a construção de um museu de memória e o compromisso na revisão no número de afetados pelo desastre.

A segunda vitória citada é de especial relevância. Segundo Mooney (2002) uma das principais dificuldades dos ativistas desde o princípio tem sido a estimativa oficial de afetados pelo desastre, que é muito baixa, em torno de 3 mil mortos, e os afetados pararam de ser contados no ano de 1994, dificultando não só o movimento de contestação, mas deixando vários afetados sem auxílio financeiro. Ademais, como citado anteriormente, o autor ressalta que arbitrariamente no ano de 1994 o Estado indiano decidiu que, após aquele momento, nenhuma pessoa a mais poderia ser considerada um sobrevivente de Bhopal. Logo, o compromisso da revisão do número de afetados pelo desastre foi uma grande vitória dos ativistas, já que a revisão pode trazer diversas vantagens aos sobreviventes. Porém, existe um perigo em ser revisado o número de afetados, já que o governo indiano descarta a existência do "segundo desastre", o que significaria que uma parte considerável dos afetados não seria considerada.

3.3. Considerações Finais

O objetivo deste capítulo foi apresentar o desastre de Bhopal e analisar a rede de ativistas transnacionais envolvida. Como se pretende analisar o método de *culture jamming* elaborado pelo grupo *The Yes Men* sobre a questão, foi considerado essencial primeiro apresentar a questão como um todo, para poder compreendê-lo dentro do contexto. Logo, depois de apresentar o desastre de Bhopal na primeira parte, através tanto do discurso dos ativistas quanto da companhia *Dow/UCC*, procurou-se analisá-lo na segunda parte, enfocando nas características da questão e ator desenvolvidas por Keck e Sikkink.

Com isso, apresentou-se que enquanto a temática de sua questão teoricamente teoria ressonância, seguindo a tendência percebida por Keck e Sikkink (1998), isso não ocorre em relação ao desastre de Bhopal por conta de sua narrativa complexa. Entretanto, os ativistas procuram realinhar a questão a definindo globalmente em "*No More Bhopals*", o que aparentemente tem aumentado a sua ressonância.

Já em relação às características do ator, os ativistas, como atores emissores, apresentam uma forte articulação, em parte decorrente de 30 anos de movimento de contestação. Em relação aos atores-alvo, o Estado indiano é o mais vulnerável entre eles, por conta da proximidade, da estrutura de responsabilização e das conquistas anteriores. O grande desafio para os ativistas é tornar a *Dow* mais vulnerável. É nesse sentido que a ação de *culture jamming* do grupo *The Yes Men* surge, para estabelecer a conexão entre a companhia e o desastre. Este assunto será abordado no próximo capítulo.

4. Capítulo 3: O método de *Culture Jamming* e *The Yes Men* em Bhopal

O objetivo deste capítulo é analisar a ação de *culture jamming* elaborada pelo grupo *The Yes Men* em dezembro de 2004 em defesa aos sobreviventes de Bhopal. Para tal, foi apresentada a teoria de ativismo transnacional no capítulo 1, que servirá como base analítica, e sistematizada as narrativas em torno do desastre com a finalidade de contextualizar a ação do grupo de *culture jammers* no capítulo anterior.

Este capítulo será dividido em duas seções. Primeiro será apresentado o *culture jamming*, definindo o método, expondo os movimentos antecessores que influenciaram a sua criação, apresentando os principais grupos de *culture jammers* e resumindo as principais críticas que são feitas ao método. Em linhas gerais, pode-se caracterizar *culture jamming* como um método de contestação que consiste em pegar uma imagem já conhecida e modificá-la o suficiente para inserir crítica.

Na segunda seção será apresentada a ação de *culture jamming* do grupo *The Yes Men* no caso de Bhopal e analisada, tendo por base a teoria de ativismo transnacional. Os integrantes grupo *The Yes Men* são *culture jammers* preocupados com a responsabilidade de grandes companhias, o que os influenciaram a elaborar a ação contra a *Dow Chemicals Company*, em 2004, que será analisada neste capítulo.

Ressalta-se que, de acordo com Nomai (2008), *culture jamming* é um método, não um movimento social. *Culture jamming* é um método amplo, podendo adotar várias táticas diferentes, mas não possui a coesão necessária para poder ser considerado um movimento social, já que neste conceito se subteme uma visão de mundo parecida, ação coletiva e objetivos comuns, o que não necessariamente ocorre entre *culture jammers*²⁹.

4.1. Método: definições

O método de *culture jamming* consiste em utilizar a linguagem da propaganda e da mídia tradicional para contestar o que os ativistas chamam de "ideologia dominante neoliberal" e as mensagens da mídia que estimulam o consumo (KEMPKA, 2012). Na visão dos *culture jammers*, a sociedade pós-moderna é marcada pela ideologia neoliberal de tal forma que a indústria de publicidade e propaganda e as mídias tradicionais, com o apoio do

²⁹ *Culture jamming* é o nome do método, *culture jammers* o nome de seus utilizadores

Estado, transformaram o cidadão em consumidor. Com isso, eles querem dizer que o indivíduo não só é visto como consumidor, como ele se vê como consumidor ao invés de cidadão. Logo, esta lógica de "você vale o que você pode comprar" leva ao consumismo (CCCE, 2015).

Nomai (2008) esclarece que *culture jamming* é um método de "contra-espetáculo" que tem o objetivo de modificar a mensagem do espetáculo *mainstream* para sublinhar "suas intenções nefastas e consequências". Na prática, *culture jamming* se relaciona à apropriação de uma imagem e mídia tradicional com o objetivo de passar uma segunda mensagem relativa à original, mas com um tom crítico ao questionar a hegemonia cultural e ideológica. O autor ressalta a necessidade de ser uma mídia *mainstream*, ou seja, altamente conhecida pelo público em geral, já que *culture jamming* só faz sentido se o público conhece a mensagem original, caso contrário a crítica não fará sentido.

De acordo com Nomai (2008) a ideologia por trás de *culture jamming* é preocupada com o processo de hegemonia, em contestar as ideologias dominantes e encorajar mudanças sociais e econômicas. O motivo para tal, segundo Nomai, é a percepção de que a relação entre empresas e o Estado se tornou próxima demais, criando vantagens para as empresas ao transformar a percepção do cidadão em consumidor. Essa relação dá grande poder econômico, político e cultural para as empresas, e é no campo cultural que os ativistas de *culture jamming* buscam contestar a posição privilegiada das empresas, como se percebe na citação a seguir:

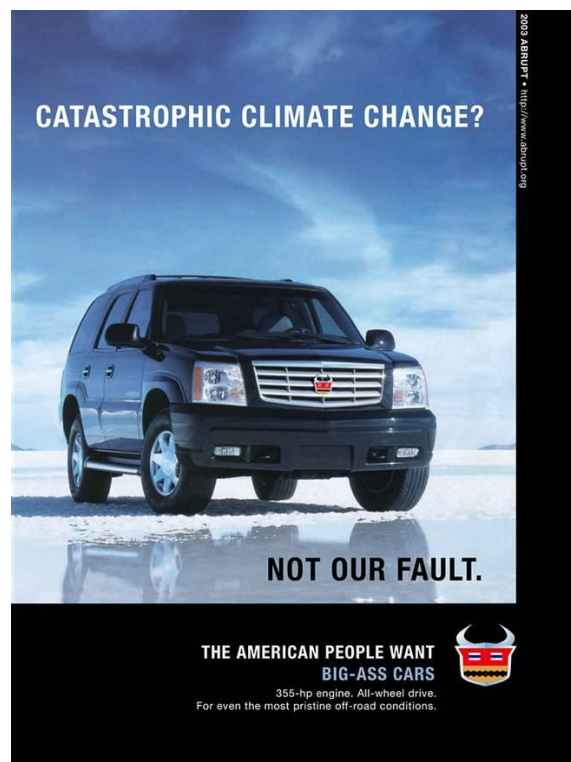
Além do mais, vários críticos culturais têm comentado [...] (a) relação próxima entre corporações e o Estado, um relacionamento de poder que escapada população em geral, as pessoas que supostamente devem controlá-los. Essas pessoas são vistas por corporações e pelo Estado (em termos econômicos e políticos) como consumidores ao invés de cidadãos. Com isso, muitos ativistas acreditam que corporações estão desproporcionalmente fora de controle com seus imensos poderes econômicos, políticos e culturais. *Culture jammers* identificam o foco do poder no nível cultural e utilizam vários métodos e canais de comunicação para interromper o fluxo de informações manipuladas pelas corporações (comunicação gerenciadas e relações públicas) e coerção social sutil (marketing e propaganda) que, na sua perspectiva, favorecem corporações acima de qualquer preocupação com pessoas ou meio-ambiente (NOMAI, 2008, p.3, tradução nossa)³⁰.

³⁰ Tradução nossa de: "Furthermore, cultural critics have variously commented on [...] (the) close relationship between corporations and the state, a power relationship that bypasses the general population, the people who are supposed to hold them in check. These people are regarded by corporations and the state (i.e., in economic and political terms) as consumers as opposed to citizens. As a result, many activists believe corporations are disproportionately out of control with their vast amounts of economic, political and cultural power. Culture

Mazetti (2006) apresenta, com base em Mark Dery (1993), quatro tipos de *culture jamming*: subversão de anúncios publicitários, alteração de *outdoors* (*billboard banditry*), áudio *agitprop* e criação de mídias falsas (*media hoaxing*). Cada uma das formas tem as suas particularidades, mas todas têm a mesma base, modificar uma imagem já conhecida para inserir crítica.

Subversão de anúncios publicitários e alteração de outdoors são duas formas de *culture jamming* bem parecidas. Na primeira, o *culture jammer* pega algum anúncio publicitário ou produto bem conhecido e o modifica para veicular a crítica. Nomai (2008, p.25) argumenta que *culture jammers* veem facilmente na publicidade estratégias estéticas e a relação com "ideologias dominantes que tentam manter práticas econômicas e culturais associadas com consumismo"³¹, o que a torna um campo linguístico e simbólico especial. Um exemplo de *culture jamming* de subversão é o anúncio abaixo (figura 6):

Figura 6 Mudança climática catastrófica? Não é nossa culpa



Fonte: Conexão Cultural, 2011

jammers identify the locus power at the cultural level and target various methods and channels of communication to disrupt the flow of corporate information manipulation (e.g., managed communication and public relations) and subtle social coercion (e.g., marketing and advertising) which, from their perspective, benefit corporations over any concern about people or the environment".

³¹ Tradução nossa de: "...dominant ideologies that attempt to sustain economic and cultural practices associated with consumerism...(NOMAI, 2008, p.25)"

No *culture jamming* acima somos remetidos às clássicas propagandas de carro presentes nas mais diversas revistas. Nela, percebe-se um carro que supostamente gasta muita gasolina, poluindo o meio ambiente. Ao invés de estarem escritas características e vantagens de comprar este carro, os ativistas modificaram o anúncio para ressaltar que o carro é muito poluente e vai continuar sendo enquanto o público não levar este fato em consideração ao comprar um automóvel.

A segunda forma, alteração de *outdoors*, segue a mesma lógica que subversão de anúncios publicitários. Porém, ao invés dos ativistas pegarem um anúncio, o modificarem e criarem um novo anúncio tendo o original como base, eles modificam o próprio *outdoor* (ou qualquer outra forma de cartaz). Segue um exemplo do outdoor da cerveja Stella Artois "melhorado"³² pelo *The Billboard Liberation Front* e contrastado com a sua versão original (figura 7 e 8):

Figura 7 Outdoor Stella Artois, antes



Fonte: Redução própria da original *The Billboard Liberation Front*, 2010

³²The Billboard Liberation Front é um dos grupos de *culture jamming* mais conhecidos e utiliza o método de modificação de outdoors, que chamam de melhoramentos (*improvement*, em inglês)

Figura 8 Outdoor Stella Artois, depois



Fonte: Redução própria da original *The Billboard Liberation Front*, 2010

Neste *outdoor*, ao tirar "of beauty", *The Billboard Liberation Front* chama atenção para a reitificação da figura da mulher, que é uma estratégia de publicidade muito comum para vender cerveja. Ou seja, a mensagem original "She is a thing of beauty" (Ela é algo belo/ela é uma coisa de beleza) é reduzida para "She is a thing" (Ela é uma coisa).

Segundo Mazetti (2006), a terceira forma de *culture jamming*, áudio *agitprop*, consiste em realizar subversão de anúncios publicitários, mas de forma sonora. Um exemplo dado pelo autor é a modificação de jingles para criar um novo significado, e passar uma mensagem geralmente crítica.

A quarta e última forma de *culture jamming*, criação de mídias falsas (*media hoaxing*), consiste em *culture jammers* enganarem jornalistas para os fazerem cobrir eventos ou notícias falsas, ou qualquer outra forma de atrapalhar a divulgação da mídia corporativa (NOMAI, 2008). O grupo de ativistas *The Yes Men*, autor do *culture jamming* que será abordado na Seção 4.2, é especialista neste método. Principalmente, eles criam sites falsos de organizações e corporações para, em um primeiro momento, levar à reflexão, mas ele também pode abrir portas para os ativistas quando o público acredita no site. Um exemplo disso foi o *site* que o grupo criou da *Dow Chemicals Company*. Foi por causa deste *site* que os ativistas foram chamados a dar uma entrevista para a *BBC News* no aniversário de 20 anos do desastre de

Bhopal, já que o canal confundiu o site fictício do *The Yes Men* com o original da empresa, e os chamaram como representantes da companhia³³.

4.1.1. Origem e movimentos antecessores do *culture jamming*

Segundo Klein (2010) e Nomai (2008), é difícil estabelecer um momento específico de criação de *culture jamming*, já que as modificações de imagens para passar outra mensagem (pichações em outdoors, por exemplo) não são novidade. Porém, segundo os autores, é possível estabelecer quem cunhou o termo: foi o grupo americano de música experimental Negativland no ano de 1984. Segundo Kempka (2012) o grupo Negativland tirou a inspiração do nome da prática de *radio jamming* (interferência de rádio), que consiste em interferir na transmissão de alguma estação de rádio (a tirando do ar ou a substituindo por conteúdo próprio) ou transmitindo alguma rádio pirata.

Mesmo não existindo um início exato para o método de *culture jamming*, é possível estabelecer os movimentos culturais nos quais o mesmo tem origem, que seriam o dadaísmo e o situacionismo. Dadaísmo, ou movimento dadá, foi um movimento artístico, contrário à Primeira Guerra Mundial, nascido no ano de 1915 em Zurique. Já o situacionismo, tem seu marco inicial com a criação, em 1957, na França, da Internacional Situacionista, e é um movimento inspirado no próprio dadaísmo, no surrealismo e na visão marxista da sociedade (NOMAI, 2008).

Dadaísmo foi um movimento artístico que buscava contestar as visões de arte que predominavam no momento, futurismo e cubismo, mas também levar o público a refletir sobre a construção da realidade através da linguagem e meios de comunicação, em favor dos atores mais poderosos. Vale ressaltar que foi um movimento cultural que surgiu em um contexto de guerra, preocupado com o uso da cultura a serviço do poder e com a destruição provocada pela mesma. Logo, a intenção principal dos dadaístas era produzir arte que incentivasse o público a questionar a relação entre arte, sua produção e circulação. De tal movimento, o método de *culture jamming* herdou sua preocupação de gerar mudança e o uso de imagens e estética para sua execução (NOMAI, 2008).

³³ <http://www.dowethics.com/index.html>

Duas características marcantes do dadaísmo são o *readymade* e o papel do acaso. O primeiro deles foi desenvolvido pelo Marcel Duchamp e consiste em expor objetos industrializados no lugar que tradicionalmente estaria alguma obra de arte. O exemplo mais famoso é a peça “A Fonte”, um urinol branco, simples e invertido assinado "R. Mutt". Neste caso, o artista pegou um objeto comum, que todos reconheceriam, mas não considerariam arte, e o expôs como arte, para não só contestar o que é arte, mas qualquer outra definição. Duchamp ser artista foi o que tornou o objeto arte, pelo simples fato de que como artista ele era o redentor do poder de definir o que é arte (NOMAI, 2008).

O dadaísmo reconhece o acaso como elemento importante de percepção da realidade, pois as experiências de cada indivíduo, o que ele conhece e o que lhe é apresentado definem como ele vai perceber o mundo, e é muitas vezes definido pelo acaso (NOMAI, 2008).

Situacionistas procuravam, através de uma crítica radical a manifestações culturais cotidianas, combater o que chamavam de "sociedade do espetáculo", marcada pela "dominação econômica do sistema capitalista" e pela "comodificação" da vida diária. O "espetáculo", segundo eles, é uma forma de obscurecer a realidade, passar um falso senso de harmonia e dificultar que os trabalhadores percebessem a sua causa em comum. Além disso, já haveria se expandido para todas as manifestações da vida em sociedade, mas estaria concentrado no entretenimento e lazer, que por sua vez estariam organizados em torno do consumo de imagens e *commodities* (NOMAI, 2008).

Por conta do "espetáculo", os cidadãos estariam condicionados e teriam perdido seu poder de decisão, logo, haveria a necessidade de acabar com a "sociedade do espetáculo" e transformá-la em uma sociedade baseada na liberdade e espontaneidade, na qual os indivíduos teriam o poder de fazer suas próprias escolhas (NOMAI, 2008).

Para combater a "sociedade de espetáculo", os situacionistas procuravam criticar e subverter as normas e ideias predominantes. Segundo Kempka (2012), eles organizavam engodos para confundir a mensagem da cultura dominante e levar o público em geral a reflexão.

A principal contribuição do situacionismo para o método de *culture jamming* foi a tática de *détournement*, que pode ser traduzida como tática de subversão. Essa tática consiste

em tomar para si uma manifestação cultural já existente e reformulá-la para adicionar alguma crítica (NOMAI, 2008).

4.1.2.Principais *culture jammers*

Existem grupos de ativistas em diversas partes do mundo que utilizam o método de *culture jamming*, mas o seu uso é mais recorrente na Europa e nos Estados Unidos. Como *culture jamming* é um método, o objetivo de cada grupo pode variar. Por exemplo, o grupo de ativistas que será analisado neste trabalho, *The Yes Men*, usa o método para criticar o modelo de globalização liberal. Já o grupo responsável pela revista *Adbusters* é preocupado com o consumismo.

Entre os diversos grupos de *culture jammers*, existem quatro mais famosos: *The Yes Men*, *Adbusters Media Foundation* (AMF), *The Billboard Liberation Front* e *The Illegal Art exhibit*. O último é uma exposição de arte que procura protestar o endurecimento das leis de *copyright*. As organizadoras ressaltam que não querem que essas leis sejam abolidas, já que as consideram fundamentais para dar segurança aos artistas. O objetivo é demonstrar que as leis de *copyright* ficaram severas demais, atrapalhando o processo criativo que foram criadas para proteger.

Um exemplo do endurecimento de *copyright* apresentado por Nomai (2008) é a Disney. Os estúdios Disney, em grande parte, devem seu sucesso a releituras dos Contos dos Irmãos Grimm, que eram domínio público. Porém, em 1999, quando os direitos para o Mickey estavam para se tornarem de domínio público, a Disney conseguiu lançar e aprovar um projeto de lei nos Estados Unidos, estendendo os direitos de *copyright* de 18 à 70 anos. Com isso, impediam que outros artistas fizessem com o estúdio o que Walt Disney fez com os Irmãos Grimm.

Os artistas que expõem na *The Illegal Art exhibit*³⁴ acreditam que a lei de *copyright* deve existir para proteger artistas contra a exploração, mas no formato adotado acaba impedindo o processo criativo, pois por temerem processos e não contarem com recursos para financiar sua defesa (ao contrário dos detentores de *copyright*), muitos artistas acabam preferindo não fazer alguma obra (NOMAI, 2008).

³⁴ A exposição da *The Illegal Art exhibit* é itinerante, mas pode ser vista em seu *site*: <http://illegalart.org/projects/connect-the-dots/>

Já foi apresentada uma peça da *The Billboard Liberation Front* quando explicou-se o *culture jamming* do tipo “alteração de outdoors”. O grupo não defende o fim de *outdoors*; o que eles combatem é o monopólio dos anúncios por parte de grandes empresas. Na visão deles, suas alterações são uma forma de tomar para si os *outdoors*, e em seu site ensinam como qualquer pessoa pode alterar um outdoor para ser mais parecido com a sua visão, como uma forma de democratizar o espaço *outdoor* (NOMAI, 2008).

Vale ressaltar, que nem todas as alterações dos *outdoors* têm objetivo político, e é um tanto complicado definir em alguns casos se os colaboradores da *The Billboard Liberation Front* tiveram qualquer pretensão além de fazer piada; muitos deles, quando entrevistados ou em seus próprios *posts*, tendem a dar respostas sarcásticas³⁵.

A *Adbusters Media Foundation* (AMF) foi criada em 1980, no Canadá, quando Kalle Lasn e Bill Schmalz, unidos a ativistas ambientais, perceberam que empresas madeireiras estavam fazendo anúncios, que na opinião dos ativistas, diminuía e reduzia a importância os impactos do desmatamento. Logo, Lasn e Schmalz criaram um anúncio publicitário com a visão dos ativistas, mas o canal *Canadian Broadcast Corporation* (CBC) se recusou a vender espaço de propaganda para eles.

Com isso, Lasn e Schmalz resolveram criar o próprio espaço, a revista *Adbusters*, para protestar contra a cultura e a ideologia dominantes e oferecer um espaço para novas vozes. O ponto focal do grupo é o protesto contra o pensamento corporativo, principalmente nos quesitos consumismo e globalização. Segundo Nomai (2008), desde o Atentado das Torres Gêmeas, a AMF tem contestado também a expansão do exército estadunidense pelo mundo.

Já o grupo *The Yes Men*, autor do *culture jamming* referente a Bhopal que será abordado na Seção 4.2, foi criado por Andy Bichlbaum e Mike Bonanno³⁶, e define-se como:

[...] um grupo que usa qualquer meio necessário para **concordar** sua entrada em áreas fortificadas de comércio, e contrabandear histórias das suas operações secretas para oferecer uma visão de por trás das cenas do universo de grandes negócios. **As histórias são frequentemente chocantes e engraçadas.** [...] *The Yes Men* já personificou a Organização Mundial de Comércio, Dow Chemical

³⁵ Um exemplo disso é o próprio Manifesto (<http://www.billboardliberation.com/manifesto.html>) que ao adotar uma linguagem sarcástica em vários pontos dificulta o entendimento da mensagem.

³⁶ São os pseudônimos que os ativistas adotam como *The Yes Men*, seu nomes verdadeiros são Jacques Servin e Igor Vamos, respectivamente

Corporation e a administração Bush na televisão e conferências ao redor do mundo. Eles fazem isso (a) para demonstrar alguns dos mecanismos que mantêm pessoas e ideias más no poder, e (b) porque é incrivelmente divertido. **Seu objetivo fundamental é chamar a atenção para os perigos de práticas econômicas que colocam o direito do capital acima das necessidades das pessoas e do meio-ambiente** (THE YES MEN, 2015, tradução nossa, ênfase nossa)³⁷.

Da citação acima, pode-se notar três características fundamentais do grupo *The Yes Men*. Primeiro, a justificativa do nome do grupo. O nome é *The Yes Men* por conta da forma que os ativistas utilizam para convencer o público que são representantes de corporações (ou outros atores que o grupo acredita que coloquem "direito do capital" como prioridade), concordando com quem pretendem criticar. Ou seja, o grupo adota uma versão extremada das posições originais, que é frequentemente puxada para o humor, já que tendem a levar a posição original para a conclusão lógica mais absurda possível.

Por último, destaca-se o objetivo do *The Yes Men*. O grupo, ao se passar por representantes de companhias, procura expor as práticas que consideram não serem justas ou responsáveis. Desde 2010 o grupo parou de agir diretamente e criou o *Yes Lab*³⁸ e o *Action Switchboard*³⁹. As duas iniciativas continuam o objetivo inicial do grupo, mas ao invés de agir diretamente dão apoio a outros ativistas, oferecendo um espaço onde podem encontrar colaboradores (*Action Switchboard*) e aprender técnicas ou receber dicas de como melhor realizar o protesto (*Yes Lab*).

4.1.3. Críticas mais recorrentes ao método

Existem várias críticas ao *culture jamming*, e em seguida serão apresentadas as mais recorrentes. Primeiro, o método de *culture jamming* critica o *status quo* sem oferecer uma alternativa clara para o mesmo. Isso limita a sua eficácia como elemento transformador, já que simplesmente argumentar que existe como mudar a realidade social, política e econômica

³⁷ Tradução nossa de: "[...] a group who use any means necessary to agree their way into the fortified compounds of commerce, and then smuggle out the stories of their undercover escapades to provide a public glimpse at the behind-the-scenes world of big business. The stories are often both shocking and hilarious. [...] The Yes Men have impersonated World Trade Organization, Dow Chemical Corporation, and Bush administration spokesmen on TV and at business conferences around the world. They do this (a) in order to demonstrate some of the mechanisms that keep bad people and ideas in power, and (b) because it's absurdly fun. Their main goal is to focus attention on the dangers of economic policies that place the rights of capital before the needs of people and the environment".

³⁸ <http://www.yeslab.org/>

³⁹ <https://actionswitchboard.net/>

sem apresentar como fazê-lo dificulta a ação contestadora, e diminui a credibilidade do pleito (Klein, 2010).

Segundo, subverter anúncios ou fazer piada com as marcas não é particularmente ameaçador para grandes marcas. Até mesmo pode ser útil a elas como propaganda (nem sempre o público percebe o elemento crítico do *culture jamming*), ou elas podem até mesmo se apropriar do *culture jamming* e utilizá-lo como se fosse uma propaganda arriscada e inovadora⁴⁰ (KEMPKA, 2012).

Terceiro, uma das principais críticas é que o método, por utilizar a imagem do que está criticando, acaba sendo próximo demais à imagem original para ser efetivo ou ainda pode acabar reproduzindo o que tem intenção de criticar (NOMAI, 2008).

Quarto, afirma-se que alguns *culture jammers* agem como se o público fosse apenas vítima da propaganda, tendo suas escolhas e comportamentos limitados por ela. Segundo Klein (2010), eles cometem o erro que acreditarem que todas as pessoas que tiveram contato com a propaganda a interpretaram da mesma forma - da maneira que a agência de publicidade queria - e precisam que algum ativista venha salvá-los. Ignoram que o público pode não levar o anúncio a sério, e de qualquer forma, mesmo que tenham a reação esperada pela agência de publicidade, isso não significa que seu comportamento vai ser definido pela publicidade.

Somada a essas críticas, autores como Joseph Heath e Andrew Potter acreditam que táticas mais diretas e tradicionais de ativismo por mudança social (protestos em massa e lobby por mudanças políticas) têm uma maior probabilidade de promoverem uma mudança social que uma abordagem cultural como o método de *culture jamming* (NOMAI, 2008).

Todas essas críticas têm em comum o fato de enxergarem o método de *culture jamming* como fenômeno isolado e desconectado de um contexto maior de ativismo; além de utilizarem o método de *culture jamming*, ativistas podem lançar mão de táticas mais diretas de contestação, como passeatas. Assim, *culture jamming* deve ser abordado como um método, não um movimento social em si, sendo que sua utilização isolada é tida como ineficaz na busca por mudanças sociais (NOMAI, 2008).

⁴⁰ O termo utilizado pela autora foi *edgy*

4.2. Apresentação e análise do método de *culture jamming* do grupo *The Yes Men*

Nesta última parte do trabalho será feita uma análise da eficácia da rede de ativistas de defesa dos sobreviventes de Bhopal, com enfoque na ação do grupo *The Yes Men*. Para tal será utilizada a teoria de Sidney Tarrow e Margaret Keck e Kathryn Sikkink.

Esta parte é dividida em dois momentos: primeiro será apresentada a ação de *culture jamming* do grupo *The Yes Men*, e depois será feita uma análise da ação do grupo, a caracterizando segundo a teoria. A primeira parte é subdividida em apresentação da ação, seus objetivos e a recepção da mesma. Na segunda parte será feita uma análise enfocando no grupo *The Yes Men*, utilizando principalmente os conceitos de Tarrow, caracterizando a ação como uma difusão mediada não-relacional.

4.2.1. Culture jamming do The Yes Men sobre Bhopal

No aniversário de 20 anos do desastre no dia 3 de dezembro de 2004, um suposto representante da *Dow Chemicals Company*, chamado Jude Finisterra, concedeu uma entrevista para a *BBC News* em Paris. Nela, Finisterra afirma que com a mudança do CEO a *Dow* resolveu assumir a responsabilidade pelo desastre e que pretendia liquidar a *Union Carbide Corporation* para conseguir US\$ 12 bilhões para compensar as vítimas e retirar os resíduos tóxicos deixados na planta em Bhopal.

O pronunciamento do suposto representante da *Dow* teve um grande impacto imediato; em duas horas as ações da companhia caíram em US\$ 2 milhões, segundo estimativas da *CNN* (de acordo com *Channel 4* a queda representou 3%), mas as ações se recuperariam até o final do dia. Além disso, na visão de parte dos jornais e outros meios de comunicação, como o *Channel 4*, o pronunciamento trouxe "falsa esperança para o povo de Bhopal", que acreditou que receberia as compensações por qual já lutavam por 20 anos.

A seguir procura-se apresentar a ação do *The Yes Men* focando em seus objetivos e na recepção da ação de *culture jamming* do grupo em defesa aos sobreviventes de Bhopal em 2004. O objetivo desta seção é apresentar a ação para que esta possa ser analisada através da teoria de ativismo transnacional na próxima seção.

4.2.1.1. Detalhamento da ação e de seus objetivos

Na manhã do dia 3 de dezembro de 2004, Andy Bichlbaum, como Jude Finisterra, apresentou ao mundo através da *BBC News* que a companhia *Dow Chemicals* (que havia comprado a *Union Carbide Corporation* em 2001) assumia total responsabilidade pelo desastre. Finisterra apresentou, também, como a companhia compensaria os afetados. Liquidariam a *Union Carbide Corporation* e utilizariam o dinheiro para compensação financeira direta aos afetados e eliminariam os resíduos tóxicos deixados pelo acidente, que continuariam contaminando o ecossistema da região⁴¹.

Figura 9 Jude Finisterra na *BBC News*



Fonte: *Resource Based Economy*, 2013

A ação foi possível devido ao site falso que o grupo havia criado em 2002. Como já foi dito, faz parte das estratégias do *The Yes Men* criar um *sites* falsos da instituição que pretendem contestar e esperar ser chamados para algum evento. Na sua maior parte, são chamados para participar de conferências, mas em certas ocasiões, como no caso de Bhopal, são chamados para conceder entrevistas⁴².

⁴¹O ANEXO A traz a transcrição completa da ação em sua língua original, inglês.

⁴² O grupo *The Yes Men*, anos antes, foi chamado pela CNN como representante da OMC.

Segundo o grupo *The Yes Men* (2015), o que fazem não é roubo de identidade, e sim **correção de identidade**. Louise Owen (2011) diferencia os dois em seu artigo ao afirmar que enquanto o primeiro seria um “crime”, já que consistiria em uso da imagem de outrem para ganho próprio (roubo de identidade); o outro seria um uso “legítimo” da imagem de outrem em nome do “bem público”.

Em 3 de dezembro 2002 (28º aniversário do acidente) *The Yes Men* criou o site "Dow-Chemical.com", no qual o grupo, como representantes da companhia, explicaram porque não podem assumir responsabilidade pelo desastre:

"em uma palavra, porque bhopalinos nunca serão acionistas, e como uma empresa pública, Dow é **apenas** - por natureza, definição, carta e lei - subordinada a seus acionistas. Mesmo se nós, na administração da Dow, ligássemos como indivíduos sobre as vítimas de Bhopal, e sentíssemos responsáveis por eles, nós **não podemos** fazer nada. Nós não são obrigados, e basicamente, não somos **permitidos**" (THE YES MEN, 2015, tradução nossa, ênfase no original)⁴³

O site teria cumprido a função como mídia falsa, pois segundo *The Yes Men*, pela primeira vez em anos o jornal *The New York Times* fez uma reportagem sobre Bhopal no aniversário do acidente. *Dow*, como resposta, tirou o site do ar, mas os ativistas publicaram o site novamente, como "DowEthics.com".

Andy Bichlbaum e Mike Bonanno contam que depois de republicar o site o deixaram de lado, até serem surpreendidos dois anos depois com o convite da *BBC News*. O canal havia encontrado o site, e ao confundi-lo com o original da *Dow*, chamou o grupo, pensando que estava convidando um representante oficial da companhia.

O grupo decidiu utilizar a oportunidade para tornar o desastre de Bhopal mais visível. Podiam seguir duas linhas na elaboração do texto: utilizar novamente a mesma estratégia do site, argumentando porque a *Dow* não assumiria responsabilidade; ou assumir a responsabilidade como representantes da companhia. O grupo optou pela segunda opção, já que assim obrigariam a *Dow Chemicals Company* a negar responsabilidade em um momento que estariam em destaque.

⁴³ Tradução nossa de: "in a word, because Bhopalis will never be shareholders, and as a publicly owned corporation, Dow is only—by nature, definition, charter, and law—beholden to its shareholders. Even if we in the Dow management care as individuals about the victims of Bhopal, and feel responsibility for them, we cannot do anything for them. We aren't obliged to, and basically aren't allowed to".

Além disso, Bichlbaum argumenta, na entrevista ao *Channel 4* no final do dia 3 de dezembro, que não chamaria o que fizeram de farsa ("*hoax*"), e sim uma representação "honesta" do que a companhia deveria fazer. A "verdadeira" ilusão viria por parte da *Dow Chemicals*, que convenceu o mundo que não há nada que possam fazer⁴⁴.

O grupo tinha dois objetivos com a ação sobre o desastre de Bhopal. Utilizando o método de *culture jamming*, do tipo mídia falsa, passaram-se por representantes da *Dow Chemicals Company*, com a pretensão de levar os meios de comunicação em massa a falar em sobre Bhopal; e demonstrar que haveria maneiras de a *Dow* assumir a responsabilidade e resolver o problema.

Como pode ser notado no trecho abaixo, o grupo afirma que não pretendia resolver o problema com a sua ação, mas somar aos esforços dos ativistas de Bhopal, dando maior destaque a eles e levando meios de comunicação em massa a cobrir o aniversário do desastre de Bhopal:

nós vemos nosso trabalho como contribuindo para um movimento acumulativo que faz a diferença. [...] O povo de Bhopal tem lutado [...] para assegurar Dow como responsável e criar um precedente mundial. Quando 600 artigos foram publicados na imprensa estadunidense conectando Dow e Bhopal por conta de nossa aparição na BBC como representantes da Dow, nós sentimos que contribuimos um pouco para as lutas dos ativistas - que vão, aliás, ter sucesso no longo prazo" (THE YES MEN, 2015, tradução nossa).⁴⁵

4.2.1.2. Recepção da ação

Depois que a ação foi ao ar, a entrevista correu o mundo. Rapidamente a Reuters, uma das maiores agências de notícia, vinculou a notícia em vários formatos, televisão, internet, rádio e jornal impresso. Porém, não demoraria muito para que a ação fosse revelada, em apenas algumas horas a *BBC News* emitiria uma retração ao vivo.

⁴⁴ Reportagem completa e entrevista da Channel 4 podem ser vistas neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=a8VQIGaq7m4>

⁴⁵ Tradução nossa de: "we see our work as a contributing to a cumulative movement that does effect change. [...] People in Bhopal have been fighting [...] to hold Dow accountable, and set a global precedent. When 600 articles in the were published in the US press connecting Dow and Bhopal in the wake of our BBC appearance as Dow, we felt like we'd contributed a little bit to their struggle - which will, incidentally, succeed in the long run".

De acordo com a CNN (2004), o preço das ações da Dow caiu em 4,24% nos 23 minutos seguintes da ação, o que representou em uma queda de US\$ 2 bilhões do valor de mercado da companhia. Porém, as ações se recuperaram após a retratação da *BBC News*.

Os meios de comunicação em massa responderam à ação, em geral, de duas maneiras: ou focaram no que classificaram como uma ação “cruel” de dar esperança aos sobreviventes de Bhopal, ou na falha da *BBC News* em não perceber que haviam chamado o representante errado (NOMAI, 2008). A primeira dimensão pode, por exemplo, ser percebida na entrevista que *The Yes Men* concedeu ao *Channel 4*:

De qualquer forma é um truque cruel com o povo de Bhopal, quero dizer, mesmo se consiga atingir a Dow em alguns pontos/ Mas, vocês pensaram no povo de Bhopal quando decidir fazer essa peça?/ Essa é certamente a tragédia de hoje, vocês apresentaram a eles uma farsa [...], eles certamente acreditaram que receberiam uma compensação da Dow, para então, você sabe, uma hora ou duas depois descobrir que não era verdade (CHANNEL 4, 2015, tradução nossa)⁴⁶.

A recepção dos ativistas à ação de *culture jamming* do grupo *The Yes Men* foi heterogênea.. Por um lado, a ativista Rachna Dhingra, uma das lideranças da ICJB, falou para a *BBC News* (HOLDER, 2004) que a ação foi uma "farsa cruel para o povo de Bhopal no aniversário de vinte anos da tragédia". Por outro lado, no filme-documentário *The Yes Men Fix the World*⁴⁷, no qual Dhingra apresentou a Clínica *Sambhavna Trust*, o próprio grupo entrevistou Satinath Sarangi, outro líder da ICJB. Sarangi afirma que a entrevista do grupo à *BBC News* foi recebida com desconfiança, tendo em vista que era uma posição muito divergente da que *Dow Chemicals Company* mantinha até então. Além disso, o ativista viu como positivo o destaque dado ao aniversário de 20 anos do desastre de Bhopal nos meios de comunicação em massa devido à ação do grupo *The Yes Men*.

Em 2009, no aniversário de 25 anos do desastre, os ativistas do *The Bhopal Medical Appeal* se juntariam ao grupo *The Yes Men* para uma nova ação de *culture jamming* contrária a *Dow*. Neste aniversário, ativistas mandaram para a sede da companhia, e distribuíram nas

⁴⁶ Tradução nossa de: "Nevertheless it's a pretty cruel trick to play on the people of Bhopal, I mean, even if you manage to hit a few spikes at Dow"/ "But did you think of the people of Bhopal when you decided to pull this stunt?/ "That is certainly the tragedy of today, you sprung on them the actual hoax that they, they actually certainly believed they would get a pay-out from Dow, and then, you know, an hour or two later they found out that is untrue"(transcrição própria retirada do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=xXSpyZCRIjU>)

⁴⁷ O filme pode ser visto neste link (a parte referente a Bhopal vai de 09:00 à 46:55): <https://www.youtube.com/watch?v=u1-PMYv9UEM>

ruas, garrafas de água "B'eau Pal"⁴⁸, com o objetivo de apresentar ao público o problema da água contaminada em Bhopal, atribuído ao acidente. Nas figuras 9 e 10 abaixo pode-se ver o protesto de rua e a arte da embalagem:

Figura 10 e 11 B'eau Pal, protesto de rua e arte



Fonte: The Bhopal Medical Appeal, 2009

Fonte: idem, 2014.

4.2.1.3. Análise do Culture Jamming do The Yes Men sobre Bhopal

Como já foi desenvolvido anteriormente, *culture jamming* é um método de contestação social (NOMAI, 2009), e como todo método deve ser analisado em seu contexto. Por isso, para ser analisado a eficácia do mesmo, foi desenvolvido no segundo capítulo uma análise da eficácia da rede de ativistas transnacionais em defesa aos sobreviventes de Bhopal. Nele, foi estabelecido que a questão de Bhopal conseguiu certa ressonância, principalmente com a inovação do "segundo desastre" e "*No More Bhopals*". Entretanto, nas características do ator, a rede, apresenta desafios, principalmente no que se refere ao objetivo de tornar a *Dow Chemicals Company* mais vulnerável.

Como se pode perceber na apresentação no começo deste capítulo, a ação procurou associar a companhia *Dow* ao desastre ao assumir a responsabilidade pelas medidas compensatórias. Com isso, o grupo procurava tornar a história mais simples para o público, apontando a *Dow* como responsável.

⁴⁸ Na página do youtube do grupo The Bhopal Medical Appeal pode ser visto toda a parte de elaboração do rótulo da garrafa e a ação de rua, link: <https://www.youtube.com/playlist?list=PL678535720D2D8173>

Uma análise sobre a ação do grupo *The Yes Men* deve partir do contexto de sua ação e do objetivo apresentado pelo grupo: auxiliar o esforço dos ativistas em campo em Bhopal, não substituí-los, tendo o objetivo expresso de conscientizar o público que a questão de Bhopal não foi resolvida e associá-la a *Dow*.

Com isso, pode-se caracterizar a ação de *culture jamming* do grupo *The Yes Men* como uma difusão mediada não relacional. No primeiro capítulo desta monografia foi explicada e apresentada as vantagens e desvantagens dos tipos de difusão propostos por Sidney Tarrow (2005). Uma divisão mediada é o tipo que depende do papel de um mediador, um *broker*, para levar a informação de um grupo a outro, tendo como característica fundamental a falta de ligação entre os grupos e improbabilidade de a mesma ocorre por si só, além da liberdade do mediador de apresentar as informações como quiser. No *culture jamming* estudado este foi o tipo de difusão utilizada, tendo o papel de mediador sido exercido pelo grupo *The Yes Men*. Porém, além de mediada, a difusão também foi não relacional, já que o grupo usou um meio de comunicação em massa para vincular a sua mensagem.

Cada método de difusão possui vantagens e desvantagens. No caso em questão, ao levarem as informações do desastre de Bhopal para um maior público através da *BBC News*, o grupo *The Yes Men* atuou com um mediador, já que seria improvável que 20 anos após ao desastre o mesmo fosse abordado fora da Índia. Porém, como mediadores, o grupo difundiu a informação sem consultar os ativistas já envolvidos na questão.

Todavia, a maior desvantagem do método de difusão escolhido foi a parte não relacional. Como tal método subtende que a relação entre emissor e receptor da informação não será direta, e geralmente envolverá meios de comunicação em massa, o uso de teorização é recorrente. Como explicado no primeiro capítulo, Tarrow (2005) entende teorização como a definição de algo de forma abstrata, a simplificando em relações de causa e efeito ou esquemas funcionalistas. O objetivo de simplificar a mensagem é fazer com que ela seja entendida por um maior público, porém, ela abre espaço para uma interpretação equivocada da mensagem original.

No caso analisado, o grupo pretendia chamar atenção para o fato de a *Dow* não ter tomado as medidas compensatórias que consideravam necessárias, mas em grande parte os jornalistas chamaram atenção para a "crueldade" com os sobreviventes de Bhopal, que receberam falsas esperanças. Essa resposta, na visão de Liu (2011), é em grande parte

decorrente de ter sido a própria *Dow* a revelar a ação. No *culture jamming* do tipo “mídia falsa”, tão importante quanto a mensagem da ação é a revelação da mídia como falsa. Se tomarmos o caso em questão, a não revelação da entrevista como falsa implicaria que o público pensaria que a *Dow* assumiu a responsabilidade, logo não haveria nada a ser feito, enquanto a revelação implicaria que a *Dow* precisaria reafirmar que não iria tomar responsabilidade, o que na visão do grupo *The Yes Men* apresentaria que mesmo podendo tomar a ação, a companhia escolheu não fazê-lo.

Porém, a eficácia da revelação depende de quem a revela, em outras palavras, de quem tem o controle do discurso da revelação. Enquanto o grupo de ativistas enfocaria a revelação em a *Dow* não reconhecer a responsabilidade pelos sobreviventes de Bhopal, a companhia adotou uma postura comum entre os atores-alvo do grupo: enfocaram o discurso na difusão de informações não verídicas e uso não autorizado de imagem com o objetivo de enganar o público. Ademais, Liu (2011) argumenta que, por mais que o grupo tenha perdido o controle da revelação, conseguiu divulgar a sua versão dos fatos através do *site* e documentários produzidos pelo grupo, o que na visão da autora diminuiu um pouco do impacto negativo do controle da revelação ter sido da *Dow*. Os ativistas também elaboraram uma declaração de esclarecimento falsa sobre o tema⁴⁹.

Para podermos analisar a eficácia, além de entender a ação de *culture jamming* no seu contexto (como difusão mediada não relacional), precisa-se entender se os objetivos propostos pelo grupo foram alcançados. Segundo o site do grupo de *The Yes Men* (2015) o objetivo era:

Quando nos perguntam se o que fazemos faz a diferença, ou perguntam o que alcançamos, nós respondemos que, principalmente, vemos nosso trabalho como contribuindo para um movimento cumulativo que faz diferença. Se não fosse por décadas de luta de todos os tipos de indivíduos em todos os tipos de movimentos, nós estaríamos em uma situação muito pior que a atual. Mais especificamente: o povo de Bhopal tem lutado por 25 anos para que a Dow assuma a responsabilidade, e para estabelecer um precedente global. Quando 600 artigos [...] foram publicados na imprensa estadunidense conectando a Dow e Bhopal por conta de nossa aparição na BBC como Dow, nós sentimos que contribuimos um pouco para a luta deles [ativistas] - que irá ser, incidentalmente, vitoriosa no longo prazo (THE YES MEN, 2015, tradução nossa).⁵⁰

⁴⁹ A declaração falsa de esclarecimento elaborada pelo grupo *The Yes Men* pode ser lida na íntegra no ANEXO B em sua língua original, inglês.

⁵⁰ Tradução nossa de: "When people ask us whether what we're doing makes a difference, or ask what we accomplish, we say that mainly, we see our work as a contributing to a cumulative movement that does effect

Na declaração acima despreende-se que o objetivo do grupo foi de estabelecer uma relação entre a *Dow* e os sobreviventes de Bhopal, aumentando a vulnerabilidade da companhia. Embora faltem análises quantitativas sobre os efeitos da ação para ter uma resposta mais precisa sobre se ela cumpriu seu objetivo ou não, existe um artigo de Robinson e Bell (2013) que procura analisar se a ação de *culture jamming* aumentou a solidariedade internacional com os sobreviventes de Bhopal comparando 114 artigos dos seis jornais de maior circulação mundial em um período de quatro anos (dois anos antes e dois anos depois da ação do *The Yes Men*). Entretanto, os autores não utilizam a vulnerabilidade da Dow como uma variável de análise.

Além do método quantitativo, é possível fazer uma análise qualitativa partindo da ideia proposta por Sidney Tarrow, apresentada no primeiro capítulo, de que um método, quando visto como útil, se propagada dentro de uma rede. Logo, se o método de *culture jamming* foi utilizado novamente, tanto pelos ativistas locais quanto pelo grupo *The Yes Men*, isso significa que o método foi considerado eficaz.

Alguns meses após a sua ação na *BBC News*, em abril de 2005, o grupo *The Yes Men* utilizou novamente o método de *culture jamming* para contestar a companhia *Dow*. Desta vez, em uma conferência de banqueiros em Londres, Andy Bichlbaum reprisou seu papel de representante da *Dow*, desta vez como Erastus Hamm. Nela, Hamm apresentou "*Acceptable Risk™*", uma calculadora que definiria a quantidade de consequências negativas (indo de possíveis processos até mortes) aceitáveis para determinado lucro. Como mascote, o grupo apresentou Gilda, o "esqueleto dourado no armário", já que nem todo o "esqueleto no armário" de grandes companhias é um prejuízo. Um exemplo que Hamm oferece é a venda da IBM de tecnologias para localizar judeus para a Alemanha nazista, que, atualmente, é vista como algo negativo, mas que representou ganhos consideráveis a companhia, tornando a questão um "esqueleto dourado no armário" (DOW ETHICS, 2015)⁵¹. Abaixo, seguras as figuras 11 da apresentação da Gilda:

change. If it weren't for decades of struggle by all kinds of people in all kinds of movements, we'd be in far, far worse shape than we are. More specifically: People in Bhopal have been fighting for 25 years to hold Dow accountable, and set a global precedent. When 600 articles [...] were published in the US press connecting Dow and Bhopal in the wake of our BBC appearance as Dow, we felt like we'd contributed a little bit to their [activists] struggle - which will, incidentally, succeed in the long run".

⁵¹*Dow Ethics* é o site falso criado pelo grupo *The Yes Men* para representar a companhia. O próprio site é um exemplo de *culture jamming* do tipo mídia falsa.

Figura 12 Gilda, "o esqueleto dourado no armário"



Fontes: Dow Ethics, 2005

Além desta ação de *culture jamming*, o grupo se juntou posteriormente ao *The Bhopal Medical Appel* para uma nova ação, que já foi abordada anteriormente. Esta foi a criação da água *B'eau Pal*, e teve dois momentos. Primeiro, ativistas distribuíram a água *B'eau Pal* (neste momento só a embalagem; o conteúdo não era proveniente de Bhopal ou seja, a água não era contaminada) nas ruas de Londres para conscientizar o público sobre o "segundo desastre". Depois, os ativistas foram até o escritório da *Dow* em Slough, para desta vez entregar uma garrafa de água *B'eau Pal* com água proveniente da região. Porém, ao chegaram lá descobriram que a companhia já havia evacuado o prédio, por esperar alguma manifestação.

4.3. Considerações Finais

O objetivo deste capítulo foi apresentar o método de *culture jamming* - definindo o método, expondo os movimentos antecessores que influenciaram a sua criação, apresentando os principais grupos de *culture jammers* e as principais críticas feitas ao método - e a ação específica do grupo *The Yes Men* referente a Bhopal, para em um segundo momento analisá-la.

Com isso, chega-se a algumas conclusões. Através da teoria de Sidney Tarrow (2005) pode-se classificar a ação como uma difusão mediada não relacionada objetivando estabelecer uma relação entre a *Dow Chemicals Company* e o desastre de Bhopal. Além disso, o método ter voltado a ser utilizado tanto pelo *The Yes Men* quanto por ativistas em defesa aos sobreviventes de Bhopal seria um indício que a ação do grupo foi considerada útil.

5. Conclusão

A análise do método de *culture jamming* do grupo *The Yes Men* sobre Bhopal, que é o objetivo principal desta monografia, só é desenvolvido diretamente no último capítulo. O trabalho foi estruturado desta forma para seu melhor desenvolvimento. Como *culture jamming* é visto como um método, ele só faz sentido dentro do contexto que está inserido, logo, apresentar anteriormente o desastre de Bhopal e a rede de ativistas transnacionais envolvida foi considerado fundamental para entender como a ação surgiu, como foi elaborada e sua recepção. Em contra partida, para explicar o espaço de atuação da rede, a teoria de ativismo transnacional é essencial para sua contextualização.

Desde os anos 90, ao perceberem uma maior frequência de movimentos de contestação transnacionais, os teóricos de ativismo transnacional desenvolvem a sua interpretação do sistema internacional. Eles percebem um ambiente no qual as interações são facilitadas por avanços tecnológicos e o aumento de fluxo de pessoas, mercadorias, ideias. Com isso, a visão tradicional do sistema internacional que considera o Estado o único ator ou indivisível, ou como ator principal das relações internacionais, tem a sua capacidade explicativa reduzida. Indivíduos e grupos organizados em movimentos contestatórios, com objetivos em comum, passam a agir em nome dos seus ideais, muitas vezes indo de encontro àqueles sustentados por Estados.

A rede de ativistas transnacionais formada em defesa dos sobreviventes de Bhopal é um dos casos que exemplifica essas dinâmicas. Com duas entidades no seu centro, *The Bhopal Medical Appeal* e *International Campaign for Justice in Bhopal*, a rede acumulou experiência em movimentos de contestação tendo como atores-alvo o Estado indiano e as empresas *Union Carbide Corporation* e *Dow Chemicals Company*.

De acordo com a teoria desenvolvida por Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998) pode-se analisar uma rede ao dividi-la em dois tipos de características: as da questão e a dos atores. A autoras acreditam que uma questão tem ressonância quando é associada com uma história simples que estabelece um único culpado, que teve intenção de fazer algo errado, contra indivíduos inocentes. Neste ponto, os ativistas de Bhopal têm uma grande dificuldade, que é a presença de narrativas diferentes sobre o desastre, o que torna mais difícil criar uma história simples estabelecendo culpa e difundi-la.

Diante desse desafio, os ativistas procuraram inovar na definição da questão ao criar as campanhas do "segundo desastre" e "*No More Bhopals*". Como o desastre ocorreu há mais de 30 anos, as duas campanhas são mais que problemas enfrentados pelos ativistas; são formas de renovar a questão e torná-la atual.

A principal diferença conceitual dessas duas questões é o nível. Enquanto o "segundo desastre" discursa sobre um problema local, a contaminação do ecossistema da região por conta do desastre e os consequentes danos à saúde, sendo sua representatividade associada à população local, a campanha "*No More Bhopals*" é fruto de uma definição global da questão, o que implica a intenção de representar não só Bhopal, mas todas as possíveis populações afetadas pelo que é enquadrado como a falta de responsabilidade corporativa.

As duas formulações das questões, e os dois níveis, tem vantagens e desvantagens. A definição mais local do "segundo desastre" tem menor ressonância internacional porque restringe a questão à região de Bhopal; em contrapartida, "*No More Bhopals*" ao definir a questão mais globalmente, tem a vantagem de associar a questão de Bhopal com outras, como o vazamento de petróleo da *British Petroleum* na costa estadunidense, o que pode ajudar em divulgar o desastre, mas corre o risco de não representar o que deveria ser seu foco, os sobreviventes do desastre de Bhopal.

As características do ator são divididas na vulnerabilidade do ator-alvo e na capacidade de influência do ator emissor. A rede de ativistas transnacionais em defesa dos sobreviventes de Bhopal, centrada na *The Bhopal Medical Appeal* e *International Campaign for Justice in Bhopal*, conseguiu importantes conquistas nesses 30 anos de contestação. Pode-se citar o estabelecimento de um museu de memória, a criação da Clínica *Suhduah Trust* e o compromisso do governo indiano em rever o número de afetados, em 2014, no aniversário de 30 anos.

A última conquista citada é de especial importância, já que pode, ao elevar a estimativa de afetados, fortalecer a influência dos ativistas. Além disso, Keck e Sikkink (1998) defendem que a cada conquista, ou compromisso, que a rede consegue de um ator-alvo, este torna-se mais vulnerável.

Entre os dois atores-alvo da questão, Estado indiano e *Dow Chemicals Company/ Union Carbide Corporation*, o primeiro é mais vulnerável à ação. Isto ocorre porque, além de

existirem vitórias passadas que aumentaram sua vulnerabilidade, a estrutura de responsabilização da Índia é mais próxima à dos ativistas. Além disso, por ser uma democracia, a política de "mobilização da culpa" torna-se mais eficaz, já que o Estado não quer ser visto negativamente pelas suas contrapartes e organizações internacionais.

As companhias, entretanto, são atores-alvo pouco vulneráveis. A própria existência de mais de uma narrativa, e a da *Dow* ser mais simples, dificulta a ação dos ativistas. Além disso, diferentemente do Estado indiano, a estrutura de responsabilização da companhia é distante dos ativistas, e é menos vulnerável a políticas de "mobilização da culpa". Para aumentar a vulnerabilidade da *Dow Chemicals Company*, os ativistas precisam convencer o público de que ela está associada diretamente ao desastre.

Existem algumas questões que foram consideradas importantes mas não entraram no escopo desta monografia, entretanto, merecem ser sublinhadas, como: as redes de ativistas transnacionais utilizaram o efeito bumerangue para conseguir que Estados e organizações internacionais fizessem pressão na Índia? Caso as redes utilizem tal método, ele seria eficaz? Conseguiriam convencê-los a pressionar a Índia? Além disso, poderia a rede de ativistas transnacionais em defesa aos sobreviventes de Bhopal atuar em conjunto com o PNUMA para resolver o "segundo desastre"?

6. Referências Bibliográficas

(ICJB), International Campaign For Justice In Bhopal. **Our Demands for Justice**. Disponível em: <<http://www.bhopal.net/about-icjb/demands-for-justice>>. Acesso em: abr. 2015.

[Mudança climática catastrófica? Não é nossa culpa]. Disponível em: <<http://www.conexaocultural.org/blog/2011/09/culture-jamming/>>. Acesso em: ago. de 2015.

[Warren Anderson procurado por homicídio]. Disponível em: <<http://easternskymedia.co.in/wp-content/uploads/2014/10/Warren.jpg>>. Acesso ago. de 2015.

ACTION Switchboard. 2015. Disponível em: <<https://actionswitchboard.net/>>. Acesso em: 7 set. 2015.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **Ces**, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p.43-56, 2007. Disponível em: <www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

B'eau Pal, protesto de rua. Direção de *The Bhopal Medical Appeal*, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e7SLB1XggIo>>. Acesso em ago. 2015.

Bhopal Disaster - Channel 4/BBC - The Yes Men. 2004. Tirado do canal razorfoundation. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xXSpyZCRIjU>>. Acesso em: 4 set. 2015.

BHOPAL Water to B'Eau Pal Water - Street Protest. Londres: *The Bhopal Medical Appeal*, 2009. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e7SLB1XggIo>>. Acesso em: 4 set. 2015.

BILLBOARD Liberation Front. 2015. Disponível em: <<http://www.billboardliberation.com/>>. Acesso em: 7 set. 2015.

BROUGHTON, Edward. The Bhopal disaster and its aftermath: a review. **Environmental Health: A Global Access Science Source**, [s.l.], v. 4, n. 1, p.6-12, 2005. Springer Science + Business Media. DOI: 10.1186/1476-069x-4-6. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1142333/>>. Acesso em: 16 nov. 2015

BURALI, Juliana Baeza. **Pobre Índia Rica**: a influência do desenvolvimento econômico na sociedade indiana. 2012. 27 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/3774>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CCCE. **Culture Jamming**: Culture Jamming and Meme-based Communication. Disponível em: <<https://depts.washington.edu/ccce/polcommcampaigns/CultureJamming.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2015

CORPORATION, Union Carbide. **Bhopal Gas Tragedy Information**. [2014]. Disponível em: <<http://www.bhopal.com/>>. Acesso em: ago. 2015

DELLA PORTA, Donatella et al (Org.). **Globalization from Below: Transnational Activists and Protest Networks**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2006. 300 p.

DHARA, Ramana. **The Bhopal Gas Leak: Lessons from Studying the Impact of a Disaster in a Developing Nation**. 2000. 217 f. Tese (Doutorado) - Curso de Work Environment, University Of Massachusetts, Lowell, 2000. Disponível em: <<http://search.proquest.com/pqdtglobal/docview/304606384/EAC930DCEF3549FEPQ/1?accountid=26642>>. Acesso em: jul. 2015.

DOW Ethics. [Gilda, "o esqueleto dourado no armário"], 2005. Disponível em: <<http://www.dowethics.com/risk/images/photosfull/5DSC03223.jpg>> e <<http://www.dowethics.com/risk/images/photosfull/ARpic1.jpg>> . Acesso em ago. 2015

DOW Ethics. 2015. Disponível em: <<http://dowethics.com/>>. Acesso em: 7 set. 2015.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2004. CD-ROM.

GROSSMAN, Gene; ROSSI-HANSBERG, Esteban. Trading Tasks: A Simple Theory of Offshoring. **American Economic Review: American Economic Association**, [s.l.], v. 98, n. 5, p.1978-1997, dez. 2006. National Bureau of Economic Research. DOI: 10.3386/w12721. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w12721>>. Acesso em: 10 ago. 2015

HOLDER, Matt. BBC caught out in Bhopal hoax. **Bbc News**. [s.i.], p. 1-2. 3 dez. 2004. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/newswatch/ifs/hi/newsid_4060000/newsid_4065600/4065673.stm>. Acesso em: 7 set. 2015.

HYNES, Maria; SHARPE, Scott; FAGAN, Bob. Laughing with the Yes Men: the Politics of Affirmation. **Continuum**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.107-121, 2 mar. 2007. Informa UK Limited. DOI: 10.1080/10304310601104032. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10304310601104032#.VScd4pM3Rv1>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

INDIA: '30 YEARS IS TOO LONG TO GET JUSTICE'. Londres: Amnesty International, 30 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/documents/asa20/035/2014/en/>>. Acesso em: abr. 2015.

INTERNATIONAL Campaign for Justice in Bhopal. Disponível em: <<http://www.bhopal.net/>>. Acesso em: abr. 2015.

Jude Finisterra na BBC News. Resource Based Economy, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ajkItiDgTLY>>. Acesso em ago. 2015.

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. 1st ed. [s.l.]: Cornell University Press, 1998. 240 p.

KEMPKA, Daria .S. **Visual resistance: How to challenge brand messages visually**. 2012. 137. (Order No. 1515618) - Marquette University, Ann Arbor, 2012. Disponível em: <<http://search.proquest.com/pqdtglobal/docview/1034429692/fulltextPDF/D19C20AC2BA4835PQ/11?accountid=26642>>. Acesso em: ago. 2015.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984. 1. ed. 290 p.

KEOHANE, Robert (Org.). **Power and Governance in a Partially Globalized World**. [s.l.]: Routledge, 2003. 312 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=safDcSHeysIC&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em: jul. 2015.

KEOHANE, Robert. Governance in a Partially Globalized World: Presidential Address, American Political Science Association, 2000. **The American Political Science Review**, [s.l.], v. 95, n. 1, p.1-13, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3117625>>. Acesso em: ago. 2015

KLEIN, Naomi. **No Logo: 10th Anniversary Edition**. New York: Picador, 1999. 502 p.

LIU, Sophia B. **Grassroots heritage: A multi-method investigation of how social media sustain the living heritage of historic crises**. 2011. 454. (Order No. 3453824) - University of Colorado at Boulder, Ann Arbor, 2011. Disponível em: <<http://search.proquest.com/pqdtglobal/docview/867836018/fulltextPDF/EAC930DCEF3549FEPQ/18?accountid=26642>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

MAZETTI, Henrique Moreira. Intervenção urbana: a representação e subjetivação na cidade. **Xix Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Brasília. p.1-15, set. 2006. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0682-1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

MOONEY, Brian J.. **The Bhopal Disaster: Discourse and Narrative in the Ethnography of an Event**. 2002. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, UniversityOf Michigan, Ann Arbor, 2002. Disponível em: <<http://search.proquest.com/pqdtglobal/docview/276305791/EAC930DCEF3549FEPQ/2?accountid=26642>>. Acesso em: jul. 2015.

NOMAI, Afsheen Joseph. **Culture jamming: Ideological struggle and the possibilities for social change**. 2008. 295. (Order No. 3315289) - The University of Texas at Austin, Ann Arbor, 2008. Disponível em: <<http://search.proquest.com/pqdtglobal/docview/230668026/fulltextPDF/D19C20AC2BA4835PQ/2?accountid=26642>>. Acesso em: ago. 2015.

Outdoor Stella Artois, antes. Redução própria da original *The Billboard Liberation Front*, 2010. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/24301298@N08/5040148247/>>. Acesso em ago. 2015

Outdoor Stella Artois, depois. Fonte: Redução própria da original *The Billboard Liberation Front*, 2010. Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/24301298@N08/5040768494/in/photostream/>>. Acesso em: ago. 2015.

OWEN, Louise. 'Identity Correction' The Yes Men and acts of discursive 'leverage'. **Performance Research**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.28-36, jun. 2011. Informa UK Limited. DOI: 10.1080/13528165.2011.578726. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13528165.2011.578726>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PATAULT, Micha. No More Bhopals, 2009. Disponível em: <<http://www.artistikrezo.com/images/stories/redac2/bhopal.jpg>>. Acesso em: ago. 2015.

ROBINSON, Nick W.; BELL, Gina Castle. Effectiveness of Culture Jamming in Agenda Building: An Analysis of the Yes Men's Bhopal Disaster Prank. **The Southern Communication Journal**. [s. l.], p. 352-368. set. 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1041794X.2013.815267>>. Acesso em: abr. 2015

SNOW, David et al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, [s.l.], v. 51, n. 4, p.464-481, ago. 1986. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2095581>>. Acesso em: ago. 2015.

TARROW, Sidney. **The New Transnational Activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. 278 p.

The Bhopal Medical Appeal. [B'eau Pal, arte], 2009. Disponível em: <<http://bhopal.org/wp-content/uploads/2014/09/Beaupal-ad-Lands02.jpg>>. Acesso em ago. 2015.

THE Bhopal Medical Appeal. Disponível em: <<http://bhopal.org/>>. Acesso em: abr. 2015.

THE Illegal Art. 2015. Disponível em: <<http://illegalart.org/>>. Acesso em: 7 set. 2015.

THE Yes Men Fix the World. Direção de Andy Bichlbaum, Mike Bonanno e Kurt Engfehr. [s.i.]: Hbo, 2009. Son., color. Tirado do canal Resource Based Economy. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ajkItiDgTLY>>. Acesso em: 4 set. 2015.

THE Yes Men. Disponível em: <<http://theyesmen.org>>. Acesso em: abr. 2015.

US NAILS BP for oil spill, ignores Bhopal. Índia: Cnn Ibn Live, 2010. Son., color. Disponível em: <<http://www.ibnlive.com/videos/india/us-bhopal-dbl-std-342042.html>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. [s.i.]: Mcgraw-hill, 1979. 251 p.

WEBER, Cynthia. **International Relations Theory: A Critical Introduction**. 3. ed. Londres e Nova York: Routledge, 2009. 239 p.

YES Lab. 2015. Disponível em: <<http://www.yeslab.org/>>. Acesso em: 7 set. 2015.

7. ANEXO A - Transcrição da ação do grupo *The Yes Men* na BBC News

<http://theyesmen.org/dowtext/>

BBC WORLD: Joining us live from Paris now is Jude Finisterra, He's a spokesman for Dow Chemical, which took over Union Carbide. Good morning to you. A day of commemoration in Bhopal. Do you now accept responsibility for what happened?

Jude Finisterra: Steve, yes. Today is a great day for all of us at Dow, and I think for millions of people around the world as well. It's been twenty years since the disaster and today I'm very, very happy to announce that for the first time, Dow is accepting full responsibility for the Bhopal catastrophe. We have a \$12 billion plan to finally, at long last, fully compensate the victims—including the 120,000 who may need medical care for their entire lives—and to fully and swiftly remediate the Bhopal plant site.

When we acquired Union Carbide three years ago we knew what we were getting. Union Carbide is worth \$12 billion. We have resolved to liquidate Union Carbide, this nightmare for the world and this headache for Dow, and use the \$12 billion to provide more than the \$500 per victim which is all that they've seen, a maximum of just about \$500 per victim. That is *not* "plenty good for an Indian," as one of our spokespersons unfortunately said a couple of years ago. In fact, it pays for just one year of medical care. We will *adequately* compensate the victims.

Furthermore, we will perform a full and complete remediation of the Bhopal site, which as you mentioned has still not been cleaned up. When Union Carbide abandoned the site 16 years ago, they left tons of toxic waste on a site that continues to be used as a playground for children. Water continues to be drunk from the groundwater underneath.... It's a mess, Steve.

BBC World: Jude, that's good news that you have finally accepted responsibility. Some people would say too late—three years, almost four years on. How soon is your money going to make a difference to the people in Bhopal?

Jude Finisterra: Well, as soon as we can get it to them, Steve. We've begun the process of liquidating Union Carbide. This is, as you mention, late. But it's the only thing we can do. When we acquired Union Carbide we did settle their liabilities in the United States immediately, and we are now, three years later, prepared to do the same in India. We should have done it three years ago; we are doing it now. I would say that it's better late than never, and I would also like to say that this is no small matter, Steve: this is the first time in history that a publicly held company of anything near the size of Dow has performed an action which is significantly against its bottom line simply because it's the right thing to do. And our

shareholders may take a bit of a hit, Steve, but I think that if they're anything like me, they will be ecstatic to be part of such a historic occasion of doing right by those that we've wronged.

BBC World: Does this mean you will also cooperate in any future legal actions in India or the USA?

Jude Finisterra: Absolutely, Steve. One of our non-financial commitments is to press the United States government to finally extradite Warren Anderson, who fled India after being arrested in 1984. He posted \$2,000 bail on multiple homicide charges and fled India promptly. We are going to press the United States Government to extradite Mr. Anderson, who is living on Long Island, to India, to finally face the charges. And I believe they may be lenient.

We are also going to engage in unprecedented transparency. We are going to release, finally, the full composition of the chemicals, and the studies that were performed by Union Carbide shortly after the catastrophe. This information has never been released, Steve, and it's time for it to be released in case any of that information can be of use to medical professionals.

And finally we are going to fund research—any interested researcher can contact Dow's Ethics and Compliance office. We are going to fund, with no strings attached, research into the safety of any Dow product. There are many Dow products about whose safety many competent scientists have raised significant doubts. We don't want to be a company that sells products that may have longterm negative effects on the world.

This is a momentous occasion, and our new CEO, Andrew Liveris, who has our CEO for less than a month, has decided to take Dow in this unprecedented direction.

BBC World: Jude, we will leave it there; thank you for joining us. Just to reiterate what Jude Finisterra, the spokesman for Dow Chemicals, has just said: he said Dow Chemicals now fully accept responsibility for the events in Bhopal 20 years ago and they will cooperate in future legal action.

8. ANEXO B: Resposta da Dow, escrita pelo grupo *The Yes Men*

<http://www.dowethics.com/r/about/corp/bbc.htm>

Dow "Help" Announcement Is Elaborate Hoax

On December 3, 2004, a fake Dow spokesperson announced on BBC World Television fake plans to take full responsibility for the very real Bhopal tragedy of December 3, 1984 (1). Dow Chemical emphatically denies this announcement. Although seemingly humanistic in nature, the fake plans were invented by irresponsible hucksters with no regard for the truth.

As Dow has repeatedly noted, Dow cannot and will not take responsibility for the accident. ("What we cannot and will not do... is accept responsibility for the Bhopal accident." - CEO Michael Parker, 2002.) The Dow position has not changed, despite public pressure.

Dow also notes the great injustice that these pranksters have caused by giving Bhopalis false hope for a better future assisted by Dow. The survivors of Bhopal have already suffered 20 years of false hope, neglect, and abdication of responsibility by all parties. Is that not enough?

To be perfectly clear:

- The Union Carbide Corporation (UCC) will NOT be liquidated. (The fake "Dow plan" called for the dissolution and sale of Dow's fully owned subsidiary, estimated at US\$12 billion, to fund compensation and remediation in Bhopal.)
- Dow will NOT commit ANY funds to compensate and treat 120,000 Bhopal residents who require lifelong care. The Bhopal victims have ALREADY been compensated; many received about US\$500 several years ago, which in India can cover a full year of medical care (2).
- Dow will NOT remediate (clean up) the Bhopal plant site. We do understand that UCC abandoned thousands of tons of toxic chemicals on the site, and that these still contaminate the groundwater which area residents drink. Dow estimates that the Indian government's recent proposal to commission a study to consider the possibility of proper remediation at some point in the future is fully sufficient.
- Dow does NOT urge the US to extradite former Union Carbide CEO Warren Anderson to India, where he has been wanted for 20 years on multiple homicide charges (3).
- Dow will NOT release proprietary information on the leaked gases, nor the results of studies commissioned by UCC and never released.

- Dow will NOT fund research on the safety of Dow endocrine disruptors (ECDs) considered to have long-term negative effects.
- Dow DOES agree that "One can't assign a dollar value to doing what's morally right," as hoaxter Finisterra said. That is why Dow acknowledged and resolved many of Union Carbide's liabilities in the US immediately after acquiring the company in 2001 (4).

Most importantly of all:

- Dow shareholders will see NO losses, because Dow's policy towards Bhopal HAS NOT CHANGED. Much as we at Dow may care, as human beings, about the victims of the Bhopal catastrophe, we must reiterate that Dow's sole and unique responsibility is to its shareholders, and Dow CANNOT do anything that goes against its bottom line unless forced to by law.

For more information please contact Marina Ashanin, Corporate Media Relations, +41-1-728-2347.

NOTES TO EDITORS:

- 1) On December 3, 1984, Union Carbide - now part of Dow - accidentally killed thousands of residents of Bhopal, India, when its pesticide plant leaked a vast cloud of lethal gas over the city. Since that date, at least 12,000 more people have died from complications, and 120,000 remain chronically ill. The Dow Chemical Corporation hereby expresses its condolences to the victims.
- 2) Union Carbide was originally forced to pay US\$470 million in compensation to survivors, which amounts to about US\$500 per victim. (Note: Dow hereby wishes to retract the 2002 statement of Dow PR Head Kathy Hunt as to US\$500 being "plenty good for an Indian." The poor phrasing of this statement has often come back to haunt us.)
- 3) Arrested in India following the accident, Andersen posted US\$2000 bail and successfully escaped India.
- 4) Dow settled Union Carbide's asbestos liabilities in the US, and paid US\$10 million to one family poisoned by a Dow pesticide. This is a mark of Dow's corporate responsibility.